



ENSINO ODONTOLÓGICO: UM OLHAR PARA O FUTURO

EDSON HILAN GOMES DE LUCENA
MARCOS AZEREDO FURQUIM WERNECK
PAULO SÁVIO ANGEIRAS DE GOES
SAMUEL JORGE MOYSÉS
ORGANIZADORES

Organizadores

EDSON HILAN GOMES DE LUCENA
MARCOS AZEREDO FURQUIM WERNECK
PAULO SÁVIO ANGEIRAS DE GOES
SAMUEL JORGE MOYSÉS

Projeto gráfico

NATHALIA SCHIMITTD DA SILVA
RÊNNEIS OLIVEIRA DA SILVA

Revisão

EDSON HILAN GOMES DE LUCENA
NATHALIA SCHIMITTD DA SILVA
RÊNNEIS OLIVEIRA DA SILVA

Capa e Composição:

NATHALIA SCHIMITTD DA SILVA
RÊNNEIS OLIVEIRA DA SILVA

Catálogo da Publicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) ([eDOC BRASIL](#), Belo Horizonte/MG)

E59 Ensino odontológico [livro eletrônico] : um olhar para o futuro /
Organizadores E. H. G. Lucena... [et al.]. – João Pessoa, PB: Ed.
do Autor, 2020.

Formato: ePUB
Requisitos de sistema: Adobe Digital Editions
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5872-076-8

1. Odontologia. 2. Dentistas – Formação. 3. Ensino superior.
I. Lucena, E. H. G. II. Werneck, M. A. F. III. GOES, P. S. A.
IV. MOYSÉS, S. J.

CDD 617.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....	4
PARTE I.....	6
PARTE II.....	14
PARTE III.....	28

APRESENTAÇÃO



Este e-book foi concebido a partir das apresentações do webnário onde discutiu-se o “Ensino Odontológico: um olhar para o futuro”, realizado no dia 07 de julho de 2020, e transmitido pelo Youtube através do canal GTESB ao qual tive o prazer de moderar o debate entre professor Dr. Paulo Goes, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor Dr. Marcos Werneck, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o professor Dr. Samuel Moysés, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa atividade fez parte do Projeto de Extensão da UFPB “Ciclo de atualização em saúde bucal no SUS”, contou com a assessoria técnica da graduanda em Odontologia, Nathalia Schimittd (UFPB) e organização do grupo de pesquisa GTESB (Grupo de Avaliação de Tecnologias e Epidemiologia em Saúde Bucal) em parceria ao grupo de pesquisa GestBucal (da UFPE).

A escolha do tema justificou-se pelo contexto mundial da pandemia da COVID-19, no qual agravou-se diversos problemas pré-existentes na sociedade, não sendo diferente no ensino odontológico, entre eles, a efetiva integração ensino-serviço e a superação do ensino focado na técnica fria desconectada do contexto social. Reforçados pelo momento político onde o Brasil passava por um momento em que o Governo Federal estava, há mais de 50 dias, sem Ministro da Saúde, e, há mais de 20 dias, sem Ministro da Educação.

Os debatedores, com toda experiência e expertises profissionais, discutiram os desafios postos para formação, em especial, na graduação em Odontologia, abordando a prática do ensinar e seus aspectos de inovação para a formação, passando pela estruturação do mundo do trabalho até os aspectos políticos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O livro é composto por três capítulos (Parte I, II e III), sendo de autoria de cada um debatedor, o qual transformou sua apresentação em reflexões textuais que contribuirão com o debate necessário para qualificação do ensino odontológico.

Dessa forma, na Parte I, o professor Paulo Goes abordou sua experiência enquanto Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos (PROACAD) da UFPE (2015-2019), refletindo sobre o futuro da formação de nível superior na perspectiva do modelo adotado como referência enquanto esteve na gestão acadêmica; bem como, o legado deixado e como este germinará no futuro, servindo de exemplo não somente local mas também regional e nacional.

Na Parte II, o professor Marcos Werneck, com base em toda sua experiência na UFMG e no internato rural, discorreu sobre as possibilidades futuras para o ensino comprometido com a sociedade, e que busca o engajamento dos estudantes com suas responsabilidades técnicas, científicas, políticas e sociais. Perfazendo uma breve análise de conjuntura, situando a proposta neoliberal discricionária e percepção

das políticas públicas de relevância social.

Por fim, e não menos importante, na Parte III, o professor Samuel Moysés versou sobre a experiência na PUC-PR referente a matriz curricular transversal aos cursos de toda escola de ciências da vida, no qual já se realiza uma proposta curricular híbrida, com o ensino remoto síncrono e assíncrono combinado com as atividades presenciais. Trouxe também reflexões sobre os rumos do pensamento freireano e a educação pré-pandêmica, transpandêmica e pós-pandêmica.

Espero que este livro cumpra com as finalidades para as quais fora pensado e possa motivar os leitores, seja graduandos, pós-graduandos, docentes, profissionais da assistência e gestores de saúde, que estejam envolvidos com a temática da formação em odontologia e comprometidos com a qualidade da saúde bucal da população.

João Pessoa/PB, novembro de 2020.

Edson Hilan Gomes de Lucena

Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

PARTE I



Paulo Sávio Angeiras de Goes, PhD¹

Muitos de nós tem se perguntado ao longo do processo pandêmico da COVID-19, como será o mundo pós pandemia? O que pode ser um enorme contra senso na medida, que estamos todos perplexos, num país que em plena ascensão exponencial da doença, no momento que ocorre esta atividade o país enfrenta uma pandemia sem Ministro da Saúde. Portanto, parece mais oportuno podermos refletir como a nossa formação chegou até aqui, quais os paradigmas são dominantes no ensino da prática odontológica?, e como frente a maior calamidade da saúde populacional vivenciada pela humanidade até então, pode-se fazer com que os atores responsáveis por essa prática estejam dispostos a refletir e repensar a formação odontológica contemporânea?

As reflexões e discursões sobre o ensino na área de saúde, e claro na odontologia sempre nos mobiliza, haja visto carregarmos a crença que teremos como consequência de uma boa formação a melhoria do acesso a saúde bucal para todos. Claro que essa discussão sobre futuro é complexa, ou seja, exige um olhar em diferentes perspectivas que nem sempre se concretizam, por isso do ponto de vista didático dividirei esta discussão em três partes: o contexto pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico.

Mundo pré- pandêmico da COVID-19

No contexto Pré-pandêmico, temos um mundo com marcadas desigualdades sociais; com uma utilização pouco sustentável das riquezas naturais do planeta; um processo de globalização em profunda crise dado aos problemas intra e inter países com a consequente migração de milhões de seres humanos em torno de fronteiras como refugiados; uma crescente onda de intolerância, politização e divisão da sociedade em torno de causas consideradas agendas positivas, entre as quais, as relacionadas a direitos humanos como: igualdade de oportunidade raciais; gênero; orientação sexual; religiosa e política; e sobre tudo a uma profunda crise da democracia e das garantias individuais a décadas conquistadas (MOYSES, GOES 2019). A COVID-19 portanto obriga de certa forma o mundo a refletir sobre este arranjo societal, inclusive fazendo com que milhares de manifestantes fossem as ruas para garantir aspectos relacionados aos temas acima, mesmo diante do risco ao contágio, pelo desrespeito as regras de isolamento social impostas pela doença.

¹ Professor Associado do Departamento de Odontologia Clínica e Preventiva; Membro do Corpo Permanente do PPG em Saúde da Criança e do Adolescente-UFPE/ Coordenador de Pesquisa e pós graduação da Faculdade de Medicina de Olinda-FMO.

No período pré pandêmico há um certo consenso que o ensino superior a nível global tem enfrentado vários desafios, e naturalmente sido cobrado para dar grandes respostas para sociedade em termos de desenvolvimento e relevância social. As taxas de evasão aumentam em várias áreas do conhecimento e urge a necessidade de novas formações que privilegiem as demandas geradas pela sociedade; a reorganização de formações tradicionais e mesmo a extinção de algumas dessas formações. Sob a égide da aceleração digital da sociedade; novos modelos de arranjos têm sido experimentados e outros tantos precisam vir a existir. Por outro lado, o ensino superior continua sendo um potente instrumento de mobilidade social haja visto que quem possui a formação superior tem uma renda superior do que aqueles que não o possuem (UFPE, 2017; WORLD BANK, 2020).

Apesar de ter se tornado mais acessível em algumas partes do mundo, entre as quais o Brasil, dado aos programas de expansão tanto na rede pública quanto na rede privada. Incluindo aqui os programas de inclusão social via cotas raciais e acessibilidade para grupos vulneráveis como pessoas com deficiência, no Brasil não são raras as constatações, da imensa dificuldade que o ensino superior brasileiro tem de tornar se mais inovador na perspectiva do estudante e mesmo do formador. Universidades e Faculdades vivem as voltas com taxas de evasão; repetência e desmotivação altas em várias áreas (GOES et al, 2019).

Neste contexto, apesar das diretrizes curriculares do Curso de Odontologia estarem aí vigentes desde o século XX; as escolas foram adequando-se as mesmas de forma muito gradual e lenta a depender da sua natureza se pública ou privada. Por outro lado, com uma forte âncora no modelo biomédico, a odontologia e sua formação resiste a incorporar práticas baseadas em aspectos da subjetividade em saúde bucal, como a bucalidade (BOTAZZO, 2006); e mesmo princípios inovadores da integralidade e uma clínica centrada no paciente; e eu diria o uso de estratégias mais problematizadoras e balizadoras do conhecimento como a Odontologia baseada em evidência.

Por outro lado, o Sistema único de saúde o maior empregador e maior espaço formador para os profissionais de saúde vem enfrentando uma limitação de oferta das suas políticas haja vista a emenda constitucional do teto dos gastos; aliados a uma série de medidas restritivas que aumentam as barreiras ao acesso a cuidados de saúde de forma integral.

Mundo pandêmico da COVID-19

Apesar do mundo não ter dado a devida atenção ao alerta internacional feito pela China nos últimos dias de 2019; de uma urgência de saúde pública na cidade de Uhan, na Província de Ubei na China, os dias seguintes do ano de 2020 e em especial a partir da segunda metade de março de 2020 com a notificação do primeiro caso no Brasil seriam de grande perplexidade e expectativa, e naturalmente acentuado pelo contexto descrito no início deste texto (GASPAR, 2020).

Com o crescimento exponencial da transmissão do Sars-CoV-2, um novo tipo de coronavírus, espalhou se sem forma similar no mundo a COVID-19. Nunca antes na experiência da humanidade um vírus espalhou se de forma tão rápida, levando ao máximo de sua capacidade sistema de saúde em todo mundo; infectando e levando a morte milhares de profissionais de saúde atingindo em cheio grandes potencias

mundiais; e com consequências imediatas para vários setores da sociedade, entre os quais a educação e a saúde. No momento que debatemos o Brasil já possui cerca de 67 mil mortes pela COVID-19. Duas medidas de imediato são as principais recomendações para evitar a propagação da doença: o isolamento social e rigorosas regras de higienização. Consequentemente universidades são fechadas com aulas suspensas, todos os serviços de saúde eletivos são paralisados.

Esse cenário, de certa forma fez com que o futuro se fizesse presente, de um lado pesquisadores do mundo inteiro se associam na busca por uma vacina; e por outro lado a sociedade busca de alguma forma proteger-se e ainda lidar com a insegurança relacionada aos empregos; as atividades educacionais, por não poder de alguma forma retomar ainda que de forma basilar as atividades do dia a dia e ainda chorando as perdas de familiares os quais somos muito solidários.

A aceleração digital pela qual a sociedade vinha passando. O uso dos recursos disponíveis da internet, foram intensificados de modo a dar respostas educacionais, relacionais, corporativos, científicas e claro sobre o cuidado das pessoas.

No Brasil, a pandemia a cada dia vai expondo enormes problemas nas quais a sociedade brasileira convive há década ou séculos, as desigualdades sociais mostraram que a população brasileira enfrentaria de forma diferente a COVID-19. O Ministério da Saúde, Gestor Federal do SUS, dar provas concretas de que a crise poderia trazer consequências jamais imaginadas para a população. Falta de articulação e coordenação dos processos de vigilância fizeram com que nossas barreiras aeroportuárias não funcionassem; e com o progredir da pandemia o foco seria dado através de uma resposta hospitalar; com a atenção básica enfraquecida ou anulada, o país caminha para uma situação onde os números da pandemia seriam desacreditados ou simplesmente não informados, portanto uma das mais tradicionais áreas do sistema único de saúde, também entra em cheque; “a vigilância a saúde”.

Esta atividade realiza-se, no momento que Brasil lamenta a perda, há 30 anos de um dos mais engajados artistas da música popular brasileira, Cazuza, conhecido pelas suas poesias e músicas em favor da redemocratização do país; também compôs o “Blu da piedade”... quão atual é sua letra. Ele me inspira porque nesse momento precisamos levar a discussão, conhecimento, formação e algum nível de suporte para os jovens que escolheram a odontologia como profissão. Por isso retomo o Cazuza e a sua obra, para mostrar aos nossos estudantes, pois é uma obra que parece ser bem assertiva dado o contexto que ele viveu de um Brasil se redemocratizado, que a gente sonhava que o dia podia nascer feliz, “todo mundo acordar e a gente poder dormir”.

A COVID-19 traz um imenso impacto para a área da educação, apenas na educação superior calcula-se que no início de abril, a grande maioria das universidades fecharam em 175 países com 200 milhões de estudantes afetados, dos quais cerca 27 milhões destes estudantes estão na América Latina. Mais uma vez a Pandemia da COVID-19 achará um Brasil que desenhava um cenário de desinvestimento no ensino superior, cenário diminuição de recursos para as instituições de ensino superior; principalmente as públicas (WORLD BANK, 2020).

Bom este contexto vai a exemplo do que já se desenhava para a sociedade como um todo se agravará entre estudantes, dado ao “fosso digital” entre aqueles que estão na base e no topo da pirâmide econômica dos países. O desafio posto seria como universidades públicas e privadas, prover, de uma forma muito rápida e eficiente, frente a cortes orçamentários e paralização de setores inteiros da econo-

ma, uma estrutura de apoio a trabalhos acadêmicos que demandavam não apenas equipamentos eletrônicos (como computadores, notebooks, telefones celulares e etc) mas também acesso a internet de boa qualidade que pudessem processar plataformas capazes de oferecer com um certo grau de qualidade atividades acadêmicas (WORLD BANK, 2020). Como levar internet de boa qualidade a áreas remotas do país? Zona rural? Periferias? Como utilizar redes de televisão e rádio públicas? Ou mesmo como utilizar concessões de rádio e tv comercial para levar programas educacionais para a população?

Mas não bastasse todo o desafio estrutural; tínhamos ainda outro desafio: a resistência a mudança a inovação nas formas de ensinar de professores; obrigados de uma hora pra outra adequar aulas, usarem plataformas de tecnologia da informação; enfim ressignificar sua identidade docente. Num momento onde para além de estruturas, está em jogo a saúde mental de estudantes e professores. Não é de hoje, que grandes pensadores teem chamando atenção para a falência do modelo tradicional de aprendizagem com foco em aula expositivas, pouca problematização e pouca contextualização (MORIN, 2008).

Na odontologia, esses desafios veem acompanhado de um forte modelo hegemônico biomédico na formação profissional, com um componente operatório, que não tem sido desafiado mesmo frente a grandes desafios como o da então Política Nacional de Saúde Bucal editada pelo Ministério da Saúde em 2003. A partir daí é eu trago aqui dilemas da formação que fizeram por exemplo que o aumento exponencial de equipes de saúde de bucal no saúde da família, não ajudaram a melhorar a detecção do câncer de boca (CAVALCANTI, 2019); ou não melhoraram o acesso aos serviços de saúde bucal (ROCHA E GOES, 2008). Em adição, dados preliminares de estudos realizados durante a pandemia da COVID-19, mostram que os profissionais paralisaram suas atividades sejam no setor público ou privado, com perdas consideráveis seja para a população que depende da oferta os serviços de saúde do SUS ou mesmo as que dependem da assistência privada (GASPAR, 2020). Seria então a COVID-19 uma possibilidade de reflexão para repensar a prática odontológica? Quem sabe buscar os modelos de cuidados a partir da produção de cuidado? (SOARES et al., 2018)

Eu diria que há uma certa exigência de que discutamos um novo paradigma para nossa prática profissional, e a pandemia pode ser uma importante possibilidade para que novo paradigma aflore, pois como já havia citado “o futuro se fez presente, pois nós estamos a bordo de uma revolução tecnológica que tem mudado e mudará radicalmente as nossas vidas transformando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. A complexidade dessa a transformação será diferente de qualquer coisa que o ser humano tenha experimentado antes; e que aliviou muitos os aspectos negativos da pandemia” (SCHWAB, 2019).

Não se pode deixar de levar em consideração as chamadas mega tendências que tem sido apresentadas pela sociedade; ou seja uma sociedade que projeta a internet das coisas, a inteligência artificial, impressoras 3d e o envelhecimento populacional que nos afeta diretamente (UFPE FUTURO, 2017). Se tomarmos, o envelhecimento como referência, e se adotarmos uma abordagem tradicional para dar resposta a essa tendência seria por exemplo criar uma disciplina de geriatria nas chamadas grades curriculares, ou mesmo como tem se chamado com uma certa nova roupagem de matriz curricular. Ou seja, concentra-se naquele ponto da formação do aluno, o que ele precisa saber sobre o envelhecimento, essa solução apesar de parecer nova não é inovadora.

Compartilho aqui uma recomendação que gosto muito do Conselho Britânico, órgão que cuida de linhas gerais da cultura e faz recomendações sobre formação no Reino Unido. O órgão coloca como essencial para este novo século dez habilidades que os nossos graduados precisariam ter: entender processos, inteligência social, pensamento novo e adaptativo; competência intercultural, raciocínio computacional, capacidade de leitura de mídias, transdisciplinaridade, uma mente projetiva, capacidade de gerenciamento e capacidade de colaboração virtual (THE BRITISH COUNCIL, 2017). Observe são habilidades que tem sido postas para a sociedade do futuro, que na pandemia serão elementos cruciais que estamos vivenciando.

Uma proposta que buscamos construir ao tempo que tivemos a frente da pró-reitoria de assuntos acadêmicos da UFPE, como uma possibilidade de inovação para o arranjo acadêmico partir de aglomeração das áreas de formação constituindo eixos interdisciplinares gerais onde conceberíamos seis eixos de formação que inclui: Humanidades, Vida, Exatas, Natureza, Artes e Negócios; sendo abordado transversalmente por três princípios norteadores: A interdisciplinaridade; a internacionalização e a integração com o mundo do trabalho e a sociedade. Denominamos este modelo de modelo 3i (GOES, FREIRE, 2019).

Portanto, há para além da ruptura com o paradigma hegemônico biomédico se faz necessário estimular o aluno uma formação que lhe proporcione uma pensar a solução de problemas do mundo real que são integrados e não compartimentalizados como estruturado nos currículos tradicionais; em outras palavras não como fugir do debate amplo e aprofundado de formação em competências (PERRENOOAU, 1997). Um debate que não pode ser reducionista e nem limitador, mas na essência do termo; mobilizar conhecimentos para a solução dos problemas da vida diária. Conhecer para além da profissão do outro para ver se tem conhecimento no outro que possa incorporar na minha própria prática.

Em adição, é importante que esta reflexão ocorra dentro de uma perspectiva global, pois embora voltado para o nível local, ter uma visão ampla de aldeia global é outro ganho potencializado pela internet. Observe que aqui nós temos o conceito de internacionalização que estar baseado numa perspectiva de interculturalidade; ou seja compreender a cultura do outro, poder construir uma aldeia global de interesses comuns, ou seja não se trata apenas de conhecer outra língua ou visitar outro país. Tivemos no contexto do projeto BRAVE-Brazilian Virtual Exchange Program onde a oferta da disciplina internacionalizada como a Ecologia Dental ou Ecodentistry na qual alunos de três países: Brasil, EUA e África do Sul discutiram em rede questões sobre sustentabilidade e biossegurança (MAIA et al., 2019) .

Por último, trazer uma maior inserção e talvez um maior esclarecimento do conceito de extensão, proposto por Paulo Freire, e o colocando também a perspectiva do engajamento comunitário, através de uma forte integração com o mundo do trabalho e a sociedade. Os aspectos relacionados a curricularização da extensão. Ou seja oportunizar ao aluno experienciar sua formação a partir de um contexto social definido. Não podemos mais admitir que os cursos de odontologia, levem adiante seus eixos de formação sem respeitar o art. 200 da constituição Federal; ou seja o ordenamento da formação profissional pelo SUS. Sendo inadmissível que ainda estejamos as voltas com a implementação de conceitos como a multiprofissionalidade e interprofissionalidade.

Isso nos coloca ainda mais pressão no sentido de que possamos refletir, para além da incorporação dos conceitos e as necessidades de um cuidado integral pro-

postos pelo SUS, mas avaliar o impacto da aceleração digital sobre a prática odontológica. Mesmo reconhecendo que o ato odontológico ainda demore para ser algoritmizado, os efeitos da chamada 4ª revolução industrial pode ser avaliada em vários dos aspectos da odontologia; que traz como consequência direta a mudança na sua prática, e consequentemente na sua formação.

Portanto os impactos que essa aceleração digital e como ensino superior poderá usar esses recursos para melhoria da formação de estudantes. Trago aqui alguns exemplos de como a cadeia da prática odontológica pode está sendo afetada por essa transformação tecnológica como por exemplo o uso de impressoras 3D para realização de próteses (RIMAW et al, 2019); ou a utilização de software para uma melhor e a mais efetiva forma de fazer planejamento clínico ortodôntico ou para cirurgia maxilo-facial (HAAS JR., 2019; BELL, 2010). De forma que indago-me, como estes recursos estão sendo usados para colocar pessoas sob cuidado; para realizar vigilância a saúde e fazer orientações para o auto-cuidado.

Fico me perguntando como nossos estudantes estão usando essas ferramentas para sua formação? Desde o uso de equipamentos seja hardware ou software ou mesmo discussões para solução de problemas que não sejam usuais de modo a estimular o pensamento disruptivo. Incluindo aqui áreas como a Imagem e radiologia; a Patologia Oral ou mesmo a Saúde Coletiva. Estou convencido de que boa parte dos estágios sobre territorialização podendo ser discutido a luz de softwares de simulação cartográficas com arranjos sociais distintos, isso sem falar em todo arcabouço da vigilância a saúde. Ou seja, estimulando o pensamento mais complexo e a inovação, com foco na aprendizagem ativa. Fico aqui refletindo e elaborei o quadro abaixo para ajudar a pensar nas possibilidades que temos:

Quadro 1- Perspectivas para introdução de TI para o cuidado em saúde bucal:

Campo	Aplicação
Clínico	Cuidado integral Precisão de doenças e diagnóstico Efetividade de tratamento e predição de resultados Diagnóstico
Traslacional	Descobertas de novas terapias
Saúde Coletiva	Ampliação do acesso Vigilância a saúde / Biossegurança

Mundo pós pandêmico da COVID-19

Nas inúmeras discussões que tivemos sobre inovações no ensino superior, um colega do Departamento de Física da UFPE, me presenteou com um artigo (FREEMANA, et al., 2019), onde compara-se, a partir de revisão sistemática e uma meta-análise, a efetividade dos modelos tradicionais de aprendizagem em comparação com as metodologias ativas. A resposta é contundente apontando para superioridade da aprendizagem ativa em comparação com as metodologias tradicionais.

Por último, o que esperar do mundo pós-pandêmico? Um primeiro passo seria compreender que a inovação no ensino não precisa está apenas associada ao uso de ferramentas de tecnologia da informação, mas fazer de forma diferente a aprendizagem e naturalmente utilizar o SUS como uma grande escola. Considerando que o SUS é o principal motor da força de trabalho para os nossos estudantes do curso de odontologia. Portanto, se faz necessário o reconhecimento da crise paradigmática que estamos vivenciando; e a adoção de um novo paradigma precisa ser feito. A maioria dos problemas elencado aqui estão postos no mundo pré-pandêmico, e não acredito que a COVID-19 seja capaz de mudar a realidade na formação dos profissionais de saúde, em especial os da odontologia, por outro lado ao verificar resultados preliminares do impacto da pandemia sobre os a equipe de saúde bucal mas também dos técnicos e seus auxiliares, nos parece importante rever matrizes curriculares e incorporar um modelo que valorize aspectos relacionados a um modelo focado no cuidado de saúde; cuidado de saúde bucal de modo a ampliar a cobertura da nossa prática.

REFERÊNCIAS

1. MOYSES, Simone Tetu; GOES, Paulo Sávio Angeiras de. Objetivos do desenvolvimento sustentável e promoção da saúde: uma aliança necessária ao enfrentamento das doenças crônicas. **Anais da Faculdade de Medicina de Olinda**, Recife, v. 1, n. 4, p. 61-66, 30 out. 2019. Disponível em: <<https://afmo.emnuvens.com.br/afmo/article/view/125/78>>. Acessado em: 30 de outubro de 2020.
2. ZILBOVICIUS, Celso; ARAÚJO, Maria Ercília de; BOTAZZO, Carlos; et al. A paradigm shift in predoctoral dental curricula in Brazil: evaluating the process of change. **Journal of Dental Education**, Washington, v. 75, n. 4, p. 557-564, 2011.
3. FONSECA, Graciela Soares et al . Redesenhando caminhos na direção da clínica ampliada de saúde bucal. **Saude soc.**, São Paulo , v. 27, n. 4, p. 1174-1185, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401174&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 30 de outubro de 2020.
4. BOTAZZO, Carlos. Sobre a bucalidade: notas para a pesquisa e contribuição ao debate. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 1, p. 7-17, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22 de dezembro de 2020.
5. UFPE FUTURO. <https://www.ufpe.br/documents/1487687/0/UFPE+Futuro+-+-debate.pdf>
6. PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre, Artmed Editora, 1997.
7. Morin, E. **A cabeça bem-feita. Reformar o Repensar a reforma e reformar o pensamento**. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 117p. 2003.
8. AL-RIMAW, A; EZELDEEN, M; SCHNEIDER, D; CONSTANTINUS, P; JACOBS, R. 3D Printed Temporary Vener Restoring Autotransplant Teeth in Children: Design and Concept Validation Ex Vivo. **Int J Envirom Rev Publiv Health**, v. 16, n. 3,

p. 496-510, 2019.

9. HAAS JR, O. L.; BECKER, O. E.; DE OLIVEIRA, R. B. Computer-aided planning in orthognathic surgery—systematic review. **International journal of oral and maxillofacial surgery**, v. 44, n. 3, p. 329-342, 2015.
10. BELL, R. B. Computer planning and intraoperative navigation in cranio-maxillofacial surgery. **Oral and Maxillofacial Surgery Clinics**, v. 22, n. 1, p. 135-156, 2010.
11. SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Edipro, 2019.
12. Ten trends transformative changes in higher education. Folha de S.Paulo, São Paulo, 20 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://education-services.britishcouncil.org/news/reports/free-report-10-trends-transformative-changes-higher-education>>. Acesso em: 20 de jun. de 2018.
13. FREEMAN, S. et al. Active learning increases student performance in science, engineering, and mathematics. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 23, p. 8410-8415, 2014.
14. WORLD BANK. The COVID-19 Crisis Response: Supporting Tertiary Education for Continuity, Adaptation, and Innovation. 2020.
15. GASPAR, G. da S. et al. Characterization of Dental Surgeons of Pernaçmbuco State in the COVID-19 Pandemic Context: Preliminary Data. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 20, 2020.
16. Goes, PSA; Freire; EC. Tecendo ideias com os fios que nos unem [recurso eletrônico]: tecituras sobre a graduação na UFPE / (organizadores); prefácio de Anísio Brasileiro. – Recife: Ed. UFPE, 2019
17. Maia, MLA Nóbrega, ACV; Cunha EC. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO em Goes, PSA; Freire; EC. Tecendo ideias com os fios que nos unem [recurso eletrônico]: tecituras sobre a graduação na UFPE / (organizadores); prefácio de Anísio Brasileiro. – Recife: Ed. UFPE, 2019
18. CAVALCANTI, R. Análise do efeito da expansão da rede pública de serviços de saúde bucal na detecção do câncer de boca no Brasil, no período de 2015 a 2019. Tese de doutorado. 2019. Programa de Pós-graduação em Odontologia-UFPE.
19. Rocha, R. A. C. P.; GOES, P. S. A. Comparação do acesso aos Serviços de Saúde Bucal em áreas cobertas e não cobertas pela Estratégia Saúde da Família em Campina Grande - PB. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), v. 24, p. 2871-2880, 2008.
20. GOES, P. S. A; RAPOSO, M. C; CAMPOS, J. D. S; SILVA, P. G. O TRAÇADO (IN)VISÍVEL NO MAPEAMENTO DA EVASÃO E RETENÇÃO NA UFPE.
21. GOES, P. S. A; FREIRE, E. C. Tecendo idéias com os fios que nos unem [recurso eletrônico]: tecituras sobre a graduação na UFPE/ (organizadores); prefácio de Anísio Brasileiro - Recife: Ed. UFPE, 2019

PARTE II



Marcos Azeredo Furquim Werneck¹

“O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo” (Paulo Freire, 2000¹).

Boa noite!

Ao iniciar, parabenizo a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela importante iniciativa. E agradeço o convite que recebi do Edson Hilan, que é um amigo especial, além de ser um profissional competente, com quem tenho tido o privilégio de dividir algumas atividades na construção da política nacional de saúde bucal. Nesta mesa vamos trocar experiências e, com certeza, essa vai ser mais uma rica oportunidade de aprendizado, por estar na companhia de dois amigos que são duas referências para mim: os professores e amigos Paulo Goes e Samuel Moysés, com quem já compartilhei importantes caminhadas pelo ensino e pesquisa no campo da saúde bucal coletiva.

A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil e nos encontrou despreparados. Ao chegar, evidenciou a fragilidade dos direitos, a inadequação das políticas públicas, o desprezo pelo meio ambiente e a enorme concentração de renda. Ao trazer a imposição do distanciamento e do isolamento sociais, introduziu mudanças de hábitos e rotinas na vida das pessoas, inseriu o medo diante da possibilidade real do adoecimento, revelou crenças e comportamentos, evidenciou a fome, desnudou as iniquidades sociais e, com elas, as diferentes possibilidades de risco e exposição para as diferentes classes sociais. Sem cerimônia, provocou a transparência da sociedade. Convive com ação insensível e sem compromisso do governo federal para com a condução política e humanitária exigida pelo momento.

No campo da educação, trouxe um incômodo para as instituições de ensino superior que se traduziu na suspensão temporária das rotinas e na introdução de importantes mudanças no trabalho docente e nas formas de aprendizagem e avaliação.

Importa que essa realidade seja conhecida e compreendida por todos os setores de ensino do Brasil. Que seus significados nos alertem. Que possam contribuir para reorientar o sonho e a consciência para uma nova formação profissional. Uma formação crítica, digna e emancipatória.

¹ Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974) e doutorado em Odontologia Social pela Universidade Federal Fluminense (1994). Concluiu Estágio Pós Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Área de Concentração em Saúde Coletiva. Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FO-UFMG).

O Internato na UFMG: o trabalho, a praxis, as referências fundamentais

A disciplina “Estágio em Saúde Coletiva”, também conhecida como “Internato Rural”, é o lugar mais importante que ocupo na educação de profissionais na UFMG. Um lugar no qual venho trabalhando nos últimos 28 anos. Realizando atividades num espaço de integração do ensino superior com serviços de saúde. E aprendendo sempre.

O trabalho docente em integração com os serviços nos coloca em contato com o mundo do trabalho, no qual as questões da política, as questões sociais, as condições da epidemiologia, da dor e da beleza, bem como os compartilhamentos, aparecem como um só objeto, como expressão da vida e das relações que se estabelecem na vida das pessoas. Um lugar da centralidade do direito: no qual, os direitos dos profissionais se encontram com os direitos dos usuários. Um lugar onde acontecem as políticas e as lutas políticas. Nesse lugar, muitas vezes trabalho com alunos e com profissionais que aprenderam na universidade a dividir esta unidade indivisível: são capazes de enxergar um dente e não enxergar uma pessoa; de vivenciar e compartilhar uma situação e não buscar as raízes e as causas dessa situação. Ou, de ouvir uma queixa, um desejo de um tratamento e não saber acolher, a não ser com procedimentos clínicos, nem sempre adequados. Esse é um lugar em que a certeza de um professor de “sala de aula”, conformada e sustentada por seu olhar para o mundo (seu conhecimento e suas leituras prévias) e pelo conteúdo que prepara a priori, possibilita respostas para o inusitado que nos é apresentado pelos problemas de saúde, pelas demandas das pessoas, pelos limites dos serviços e pelas situações cunhadas na vida dessas pessoas. Um lugar em que essa certeza é substituída pela dúvida e pelo “não saber”, exigindo disponibilidade e humildade do professor para aprender. Um lugar onde, certamente, há limites, imperfeições, problemas e desafios. Onde a vivência de uma situação nova (experimentada pelo estudante junto à equipe de saúde, nos contatos com os usuários, numa visita domiciliar, na discussão de um protocolo ou de uma nova portaria, nas comissões e conselhos de saúde, nos aprendizados no território), exige a sua problematização como forma de apropriação desse aprendizado para os sujeitos envolvidos^{2,3}.

No internato na UFMG, o professor realiza visitas quinzenais aos alunos no campo de trabalho. Não raro, após 15 dias no campo, encontrei os estudantes com perplexidades diante de situações vivenciadas, inusitadas, jamais descritas nos livros de referência, cujas respostas exigem uma “disponibilidade interessada”, num processo que envolve conhecer e ouvir as pessoas, suas histórias, seus saberes e práticas. Muitas vezes apreendidas a partir das dificuldades e da ousadia de enfrentar problemas vivenciados pelas equipes de saúde ou, das falas singulares dos usuários acerca de suas doenças, suas dores, suas dúvidas e seus desejos diante das limitações que a vida e os serviços existentes lhes impunham. Eu acredito que esse aprendizado por meio da experiência de vida, diante de questões inesperadas e desconhecidas, talvez tenha sido o maior aprendizado que já experimentei. Um processo ao qual me lancei voluntariamente, que foi fundamental para mudar radicalmente a minha identidade professor: construída a partir do não saber e do desejo de buscar, junto ao estudante, ao profissional do serviço, ao usuário, ao movimento social que discute, defende e luta por direitos, e na literatura, esse caminho novo, desconhecido e incerto. Caminhar que me possibilitou compreender a importância dessa disciplina na formação do estudante. Ao longo desses 28 anos, me dediquei, junto a cada

estudante da graduação no campo de estágio, à construção de uma praxis que trouxesse um sentido para o seu aprendizado, utilizando métodos que estimulassem sua capacidade crítica, que o tornassem sujeito nesse processo de aprender, valorizando o direito à vida e discutindo a importância do papel do estado e do protagonismo dos movimentos sociais para a garantia da saúde como direito de cidadania⁴.

No Internato, me considero um professor satisfeito com o que faço. Hoje tenho uma visão diferente da universidade e dos serviços de saúde, que me animam a lutar muito por essa integração. A depender de sua intencionalidade, o internato possibilita a aproximação crítica da universidade com espaços complexos da vida, com a realidade dos serviços públicos e com o mundo do trabalho.

Entre 2003 e 2005, fui coordenador de saúde bucal de Belo Horizonte por dois anos. Naquele período, trabalhei na Secretaria Municipal de Saúde, nos nove distritos sanitários da cidade, na estratégia de saúde da família, com equipes de saúde, com equipes de saúde bucal, com a política, com partidos políticos, com movimentos sociais, com os conselhos de saúde (municipal, distritais e locais) e aprendi muito sobre as formas de se fazer a gestão de um serviço de saúde. Quando retornei à universidade, me chamou a atenção a diferença dos tempos e dos modos de se fazer as práticas nessas duas instituições. Senti a importância de se compreender essas diferenças, para buscar as aproximações possíveis, respeitadas as especificidades de cada instituição. Tive clareza de que os objetos de um e de outra, poderiam se aproximar e criar um campo fértil para a formação profissional e a produção do conhecimento. Os processos de formação e educação permanente, e de pesquisa.

Tenho a certeza de que este talvez seja um dos principais aspectos que precisamos conversar aqui hoje, como uma proposta de futuro, para que se possa de fato construir as bases para uma aproximação mais efetiva entre universidade e serviços. A pandemia da COVID-19 nos revela problemas (da formação profissional, do processo de trabalho, de gestão, de pesquisa, e da própria política) e traz desafios que são estímulos para se pensar novos formatos para as práticas de ensino e de organização dos serviços de saúde. Falo do potencial do processo vivo de formação que ocorre nos diversos espaços dos serviços. Práticas que são, para os sujeitos envolvidos, importantes descobertas. Que se dão por meio da vivência e da experimentação, num contato, nem sempre tranquilo, com a história e os saberes de cada um. Que têm potencial de entusiasmar, incomodar e produzir o desejo de buscar sentidos para o que se faz. Práticas libertadoras para estudantes, equipes de saúde, professores, pacientes e comunidades. Capazes de desenvolver o espírito crítico e gerar um aprendizado transformador para os sujeitos envolvidos. Em especial, um enorme desafio para a Universidade enquanto uma instituição social: conceber e produzir processos de aprendizagem comprometidos com a realidade e com a formação de sujeitos capazes de compreender e saber intervir nessa realidade. Realidade que é marcada, no momento atual, pelo avanço desigual da COVID-19, que atinge de forma desigual os diferentes estratos da sociedade, penalizando mais os mais vulneráveis⁵. Realidade que revela o desfinanciamento da saúde e da educação⁶, e a marcada ausência do Estado para coordenar as ações que envolvem os serviços e a vida das pessoas⁵.

Nessa apresentação, em sequência, vou tentar fazer: uma breve análise da conjuntura, trazer a discussão sobre o impacto inicial da pandemia no ensino odontológico e, finalmente, falar um pouco sobre o futuro.

Uma breve análise de conjuntura

Penso que não há como iniciar sem falar desse futuro. Aliás, já estou falando dele aqui, pois, não tem como olhar para o futuro sem estar muito atento ao presente e tentar fazer um diagnóstico das questões que se colocam. Saber identificar os problemas que temos hoje e entender que esse presente está sendo permanentemente construído por nós, além de revelar as marcas do que se fez antes, por quem nos antecedeu. Por meio das escolhas, pelos empreendimentos e lutas, pelos erros e acertos do passado, que são a marca indelével desse presente. Me assusta um pouco ver que, no campo do ensino, desde o início da minha vida docente, apesar da experiência inesquecível do internato, muitos desafios persistem, como obstáculos que não conseguimos superar. A pandemia da COVID-19 acentua as fragilidades de uma sociedade injusta, os riscos de um estado que não assume suas responsabilidades constitucionais e, focando no tema dessa Live, as persistentes dificuldades do ensino superior em investir numa formação libertadora. Então, esse pode ser um momento oportuno para iniciarmos essas reflexões, a partir das questões que ainda não conseguimos superar. Então, vou falar um pouco da conjuntura política atual, sem a pretensão de esgotar o tema, mas, de tentar apenas fazer uma aproximação aos nexos entre a realidade da política e a formação superior em saúde e saúde bucal.

Com uma tradição centenária de adesão ao liberalismo, o Brasil adota, desde o início dos anos 90, o modelo neoliberal como principal eixo de sustentação da organização social e política no País. É um modelo que aposta no estado mínimo, na contenção de gastos, na privatização e na regulação da economia por meio do mercado. Dessa forma, introduzido formalmente nos governos Collor e Itamar Franco, ganha uma feição um pouco mais robusta no sentido da contenção de gastos e da privatização no período FHC. Podemos afirmar que ele não desaparece no período dos governos Lula e Dilma, embora tenha coexistido com a proposição e implementação de políticas sociais inclusivas e inovadoras. Embora algumas dessas políticas tenham apresentado um caráter compensatório, o país vivenciou a possibilidade de iniciar a ruptura com alguns problemas antigos como as iniquidades que geram pobreza, miséria e fome. Entre essas, podemos fazer alusão às que visavam, no campo da educação, a expansão do acesso à universidade pública. Assim, ainda que caracterizados como um período de neoliberalismo populista, os governos Lula-Dilma fizeram um movimento ético de construção de políticas que tiveram, como intenção, a garantia do direito à vida com qualidade e dignidade. Em 2016, o governo Temer propõe uma ruptura com esse movimento e introduz o um novo paradigma neoliberal, que a literatura denomina neoliberalismo discricionário. Este é um modelo que se caracteriza pela diminuição ao máximo da presença do Estado na condução das políticas, na desconstrução e desvalorização das políticas públicas, que retorna com a contenção de gastos, com as privatizações e a regulação da economia pelo mercado⁷.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, emergiu um processo que alguns autores denominam como período de desdemocratização com a construção de uma realidade pós-democrática, baseada no esvaziamento da democracia. São elementos fundantes desse processo o negacionismo, o individualismo e o fundamentalismo que levam à eliminação do conflito pelo discurso neoliberal, num movimento que tem, como intenção, abafar a voz dos movimentos populares⁶.

Com a utilização, pelo Estado Brasileiro, do argumento do combate à corrup-

ção, setores importantes da economia, como a construção civil, vêm sendo profundamente penalizados, o que gerou a diminuição da oferta de trabalho, e acarretou um desemprego enorme da população. Esse processo contribuiu para o surgimento de um cenário propício ao retorno de problemas como a degradação do meio ambiente, o aumento da miséria e da pobreza, o recrudescendo da fome, de doenças já controladas, do uso de drogas e da violência. Há a proposição de um consumismo que na verdade é um consumismo cínico e não inclusivo, porque não produz a possibilidade de consumo para uma grande parcela da população. Estas são questões muito graves, uma vez que o negacionismo e o ocultismo levam à uma nova construção da história, fenômeno observável por meio das “fake news”, que geram formas para reinventar e interpretar a história, com artifícios de linguagem que confundem, criam novas verdades e convencem as pessoas⁶. Como resultado, esse cenário vem reforçando a implantação do neoliberalismo discricionário, que busca justificar a privatização do que é público, e desconstruir a importância das políticas sociais, como a saúde e a educação públicas, com o argumento de que essas políticas produzem gastos desnecessários, prejudiciais ao desenvolvimento do País⁷. Ou seja, uma negação do direito constitucional à educação e à saúde. Como exemplo, no campo do ensino superior, pode-se afirmar que a privatização nem sempre traz a lógica de ações em proximidade com os serviços e seu entorno⁸. Não se valoriza a proximidade com a realidade, como espaço de aprendizagem, negando a importância do movimento de proximidade com o território, com o local onde a vida acontece, no cotidiano, por meio das relações, das disputas, dos problemas e das vitórias das pessoas⁹.

Uma das ações mais incisivas do neoliberalismo discricionário no governo Temer, foi a aprovação da emenda constitucional 95, em dezembro de 2016. Na verdade, ela significa a asfixia para as políticas sociais, principalmente as de educação, saúde e assistência social. Porque, por vinte anos, a partir de 2017, reduz o orçamento desses setores, à variação anual do IGPM, justamente num momento em que o empobrecimento da população e a queda da qualidade de vida, associados à transição demográfica (aumento da população idosa) geram maior demanda por cuidados e serviços de saúde. E também, porque cria o espaço para a proliferação da oferta de serviços privados (por exemplo, escolas e planos de saúde privados) num movimento de privatização excludente e injusto, que quebra a noção de direitos conquistados pela população na Constituição Federal de 1988^{10, 11, 12}.

Em relação ao ensino odontológico, desde os anos 80 que existe uma tendência de crescimento dos cursos faculdades, acompanhando movimento igual no campo da saúde. Embora tenha havido algumas políticas que propiciaram esse crescimento, visando a inclusão de todos os segmentos da sociedade, nem sempre elas produziram os efeitos desejados. É possível afirmar que, no setor privado na graduação em odontologia, houve uma expansão, sem critérios de adequação às necessidades e realidades locais. Esse fato se acentua a partir de 2015 quando 75% do total de cursos pertenciam ao setor privado. Entre 2015 e 2019, o número desses cursos cresceu em quase 90%, passando de 220 para 412, mantendo o mesmo percentual no setor privado^{13, 14, 15}.

Essa situação se dá frente a uma atuação débil da direção atual do Ministério da Educação (MEC) em relação ao ensino no Brasil. Não há um amplo debate com a sociedade, mas, a imposição de medidas, muitas vezes eivadas de preconceitos, gerando propostas como a escola sem partido para o primeiro grau e a negação, a priori, do conhecimento produzido por educadores reconhecidos mundialmente, como Paulo Freire. Em relação à educação pública superior, observa-se um preocupante sucateamento das instituições federais, acentuado a partir da aprovação da Emenda

Constitucional 95, em 2016. O MEC tem dedicado grande parte do tempo no combate à ideologia de esquerda: o “marxismo cultural” e o «progressismo» na educação; o comunismo; e, com base em dogmas de cunho religioso fundamentalista, à negação de metodologias ativas, emancipatórias, problematizadoras e libertadoras. Além disso, observa-se a adoção de propostas intimidatórias como a tentativa de retirada da liberdade de cátedra, como forma de acabar com a autonomia didático-pedagógica dos docentes. Some-se a estes fatos o corte de verbas próximo a 30% do orçamento, que penalizou as Instituições Federais de Ensino Superior (ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e produção tecnológica) por quase seis meses no ano de 2019¹⁶. Tudo isto em um momento histórico único, em que a pandemia da COVID-19 exige uma participação ativa do Estado Brasileiro, com a adoção de medidas emergenciais efetivas para seu combate e superação⁵, trazendo mais segurança e esperança à população.

Esta pandemia tem revelado uma consequência nefasta do neoliberalismo discricionário⁷. Ao que tudo indica, não são as classes alta e média as mais atingidas: elas conseguem fazer um expressivo isolamento social sem passar por privações básicas. Ao contrário, quem está sendo mais acometido, está sofrendo horrores e morrendo mais (aliás, um número de mortes totalmente evitáveis) são as pessoas das classes mais vulneráveis. Este fato nos obriga a discutir a presença ou ausência do estado e as consequências dessa escolha política do atual governo brasileiro.

Nesse sentido, cabe aqui uma reflexão que nos é apresentada pelo filósofo e pensador francês Edgar Morin, em recente ensaio publicado em 2020, denominado “Um festival de incerteza”, tendo a pandemia da COVID-19 como referência:

*“A obsessão dominante pela rentabilidade entre nossos governantes e que conduz nossa economia é responsável, [...] pelo abandono dos hospitais bem como da **produção de máscaras** [...] As carências no nosso modo de pensar, aliadas à dominação incontestável de uma sede desenfreada de lucro, são responsáveis por inúmeros **desastres humanos** incluindo aqueles que vêm ocorrendo desde fevereiro de 2020”¹⁷.*

Há poucos dias vi, na TV Cultura, a chamada de um documentário sobre a Revolução Constitucionalista, ocorrida em São Paulo em 1932, no qual, em uma gravação antiga, uma jovem se referia aquele movimento de luta, como uma conquista da população. Não pude deixar de pensar nas conquistas que tivemos em nosso País a partir dos anos 70. Sem dúvidas, o SUS é uma dessas conquistas. Talvez, a mais efetiva dos últimos 40 anos. Por meio do movimento da Reforma Sanitária Brasileira (num processo que conjugou centrais sindicais, movimentos populares e setores da Universidade Brasileira), criamos o SUS e conquistamos a saúde como um direito de cidadania, portanto, determinada não só pela biologia humana, mas, pela qualidade e pelas condições objetivas de vida das pessoas; efetivamos a saúde como um dever do estado; e explicitamos que o dever do estado é prover políticas públicas que garantam condições dignas de vida para toda a população e que diminuam o risco de adoecimento das pessoas. Isto não pode ser esquecido. Uma conquista que foi inserida da Constituição e nas leis brasileiras. As leis são palavras vivas, que precisam ser transportadas do papel para as ações do cotidiano. Implica uma luta pela saúde de todos que exige que a defendamos e a conquistemos de novo a cada dia. Nesse momento, significa acreditar nessa luta e se opor à posição do atual Estado Brasileiro. Por isso estamos aqui. Isso tem que ser objeto da discussão que nós estamos

fazendo e vamos fazer daqui para frente. Trabalhar propostas que possam permitir as mudanças nas quais acreditamos.

Impacto da pandemia da COVID-19 no ensino odontológico

O que a pandemia trouxe para o ensino odontológico? Num primeiro momento, trouxe a suspensão na imediata de todas as atividades de ensino. Aqui no Brasil e em outros países. Este fato gerou, no ensino superior em odontologia, o surgimento de propostas de substituição das atividades presenciais por outras, de ensino remoto, com a utilização de plataformas e meios digitais. O Ensino Remoto Emergencial (ERE) ou, as Atividades Remotas de Ensino (ARE). Esse processo vem sendo desenvolvido tanto no ensino público quanto no privado, mas, parece ter acontecido com maior rapidez, nesses últimos. Nesses cursos, a maioria dos alunos tem uma boa condição social, incluído a posse de bons computadores e o acesso fácil à internet. Precisamos compreender, criticamente, como esses processos estão se dando. Olhar com bons olhos. Saber ler o que esse processo nos informa, ainda que, às vezes, de forma açodada. Olhando para o mundo, prestar atenção no exemplo da China que utilizou a TV Estatal como veículo para esse tipo de ensino. Na Europa, 90% das escolas usam ferramentas dessa natureza, com as quais estão viabilizando a volta às atividades de ensino. Precisamos discutir as limitações e os desafios do emprego dessas tecnologias ensino. Se as universidades públicas estão um pouco atrás, em função das características sócio econômicas de seus estudantes, precisam se preparar, porque esse movimento traz, em si, algumas mudanças que vieram para ficar ^{18, 19, 20, 21, 22, 23}.

Nesse sentido, é importante fazer alusão ao uso de ferramentas e tecnologias de ensino remoto nas universidades públicas. Em função da política das cotas, existem hoje mais de 50% de alunos carentes, que dependem de bolsas e ajudas de fundações da existência de moradia estudantil. Recente estudo revela que aproximadamente um terço dos estudantes brasileiros não possuem nenhum tipo de computador no domicílio e 18% desses alunos só conseguem acessar a internet via telefone celular. Então, em um cenário de carência de recursos financeiros, esta situação não deve ser resolvida no curto prazo²⁴. Além disso, pesquisa realizada pela UNESCO mostrou, além dos aspectos já citados, a importância de se estar atento à saúde mental tanto de professores, funcionários, alunos e profissionais dos serviços, em função da ansiedade produzida pela carga de trabalho, que aumenta no ensino remoto, bem como pelo medo de contágio pelo Coronavírus²⁵.

No ensino superior, o MEC elaborou uma portaria em que preconiza o emprego de metodologias de ensino remoto para disciplinas teóricas e limita a 20% da carga horária prática, a elaboração de atividades dessa natureza^{26, 27, 28}. Nos serviços de saúde no âmbito do SUS, houve emissão de uma Nota Técnica pela ANVISA, orientando para a restrição do atendimento aos procedimentos de urgência. Os serviços públicos estão funcionando com a capacidade mínima necessária ao cumprimento do que preconiza essa Nota Técnica, com o emprego de protocolos que limitam os procedimentos, o tempo de atendimento e o número mínimo de profissionais em cada consulta no espaço de um consultório, de modo a reduzir ao máximo a possibilidade de contágio da COVID 19²⁹. Uma situação nova que altera radicalmente a rotina de trabalho das equipes de saúde bucal nas unidades de saúde. Uma situação que impede a continuidade dos estágios e internatos, para os quais, por ora, não

há previsão de retorno. É o que está ocorrendo agora, na UFMG e a previsão é de que, enquanto não houver uma vacina, este cenário não deve mudar. Essa decisão foi definida pelos serviços e imediatamente comunicada à Universidade. Deverá ser monitorada e não pode ser desvinculada do cenário epidemiológico.

Esta situação gera, para o ensino superior, algumas situações desafiadoras. Como exemplo, o ingresso de novos alunos a cada semestre. Na Faculdade de Odontologia da UFMG (FAOUFMG), estamos recebendo, em média, 72 alunos por semestre no 1º período. A princípio, além de introduzir uma transformação radical no trabalho docente, esse número se constitui num dificultador para a organização de atividades de ensino remoto. As aulas síncronas (com a presença virtual concomitante de docentes e estudantes) deverão se dar em um tempo que não pode exceder a uma hora e quarenta minutos. Na maioria das vezes, será necessário o emprego do trabalho em pequenos grupos. Outro desafio se refere ao processo de avaliação. Por exemplo, não há como o professor avaliar a performance de cada estudante, nem sequer se um silêncio significa sua presença diante do computador ou telefone. Ou seja, estamos diante do novo, da necessidade de reaprender e mudar. Por meio do qual, com certeza iremos identificar aspectos positivos e negativos. Onde será possível aprofundar e chegar a formatos mais interessantes de aulas e de formas de participação; onde o aluno, o professor e todos os sujeitos envolvidos, poderão encontrar caminhos que levem à produção de saberes e de conhecimentos novos.

Outra questão, diz respeito às mudanças que deverão ser introduzidas nos ambientes clínicos. Existem novos protocolos e algumas mudanças já estão em curso. Em Belo Horizonte, a Faculdade de Odontologia da PUC-Minas está promovendo mudanças fundamentais de espaço físico, adequando-o às novas práticas, de acordo com novos protocolos. A coordenação do Curso informa que, embora haja uma pressão de alunos e famílias pelo retorno às aulas, o retorno das atividades práticas está condicionado à situação do quadro epidemiológico. Na maioria das vezes, o formato desses protocolos se fixa mais ou, se restringe, à natureza clínica e sua adequação ao espaço físico. Então, ao pensar o retorno às atividades clínicas, é importante levar em conta a situação e as funções exercidas pelos funcionários. Pensar também nos pacientes, seus deslocamentos, os acompanhantes e o EPI. Em Minas Gerais, em especial, em Belo Horizonte, que é referência especializada para muitas cidades, estamos caminhando para o pico da pandemia, com aumento dos casos de contaminação e óbitos. Na UFMG, o retorno das atividades práticas está condicionado à normalização do quadro epidemiológico. Mesmo assim, há uma preocupação em que as unidades se preparem para o retorno às atividades acadêmicas, de forma a não serem surpreendidas caso a pandemia acabe repentinamente. Há uma data já definida para o retorno, por meio de ensino remoto, de atividades teóricas e até 20% das atividades práticas. Essa situação se torna indefinida para os estágios (e internatos) que acontecem nos cenários de práticas dos serviços públicos, e apresentam carga horária elevada das atividades práticas. Além disso, essas disciplinas, quando ocorrem nas unidades de saúde do SUS, dependem também, da disponibilidade de compartilhamento dos espaços físicos entre equipes e estudantes.

No que se refere ao Internato da UFMG, estabelecemos um contato cuidadoso e permanente com os nossos parceiros. Com a finalidade de ofertar alguma atividade formadora para os estudantes, foi instituído um grupo composto pelos coordenadores de internatos das unidades da área da saúde, com a participação das Pró-Reitorias de Graduação e Extensão. Estamos nos organizando para a oferta de projetos de extensão com atividades remotas de trabalho interprofissional em saúde coletiva.

Em outra frente, na FAOUFMG, estamos discutindo com nossos parceiros na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (SMS-PBH), que nos apresentaram demandas para que possamos discutir, por meio de atividades de ensino remoto envolvendo as equipes de saúde bucal, professores e estudantes, a reformulação de alguns protocolos como os de urgência e de espaço físico. Portanto, caminhos possíveis em tempos de um retorno ainda não definido.

Enfim, quando se discutem as consequências da pandemia da COVID-19 sobre o ensino superior, podemos afirmar que há problemas, barreiras e dificuldades. Mas, há também, novas possibilidades para tentar pensar o futuro. Desafios! É importante atentar para o surgimento de questões importantes que de alguma forma, contradizem nossos discursos. De acordo com Morin, na sociedade moderna, “o conforto intelectual e o hábito odeiam mensagens incômodas”. Qual é a nossa disponibilidade para ouvir e pensar questões que o futuro nos coloca, a partir do presente e da ausência de respostas?

Boa ventura de Souza Santos afirma que, com o advento da COVID-19, a despeito da propaganda ideológica contra a qualidade do setor público, a demanda por consultas e internações no SUS aumentou significativamente, talvez revelando maior confiança e reconhecimento da população por seus serviços. Então, existem pistas de que muito pode ser recuperado. De que o neoliberalismo pode estar mostrando seus limites e uma nova ordem pode ser construída na sociedade brasileira³². Para Edgar Morin,

*“[...] os conhecimentos multiplicam-se exponencialmente de tal forma que ultrapassam a capacidade de nos apropriarmos deles; lançam, sobretudo, um desafio para a complexidade: como confrontar, selecionar, organizar os conhecimentos de forma adequada, ao mesmo tempo religando-os e integrando as incertezas. [...] isso revela mais uma vez a insuficiência do **modo de conhecimento** que nos foi inculcado, que nos faz separar o que é inseparável e reduzir a um único elemento aquilo que é ao mesmo tempo uno e diverso. De fato, a importante revelação dos impactos que sofremos é que tudo aquilo que parecia separado está conectado, porque uma catástrofe sanitária envolve integralmente a **totalidade de tudo o que é humano**”¹⁷.*

É provável que Santos³² e Morin¹⁷ estejam se referindo à forma como as pessoas lidam com o conhecimento e à forma como é produzido o conhecimento. Há pouca disponibilidade, tanto para se fazer leituras da realidade, quanto para se acreditar em previsões incômodas. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) apresentam competências, habilidades e saberes para um futuro trabalhador da saúde bucal. Como devemos trabalhar o currículo e o ensino da saúde bucal a partir desses saberes, competências e habilidades? Como nos lançarmos a essa nova modalidade de ensino remoto em um campo onde existem inseguranças, incertezas e não saberes, se esse é lugar que nos desafia a agir? Como nos lançarmos à possibilidade de tentar essa nova proposta e correr o risco de errar? Precisamos nos acostumar com a ideia de nos lançarmos aos desafios com cuidado e ousadia. Cuidado que exige comprovação científica. E ousadia política, para mudar.

“ Só existe futuro se pudermos compreender a nós e a história como inacabados, inconclusos e, como demandando sua problematização pelo pensado-e-vivido `luz do processo temporal, do passado e do futuro, de que todo o presente é feito” (Passos, 2010, pg.192 ³³)

A pandemia invadiu nossas vidas e nosso trabalho. E trouxe algumas provocações:

- Qual é a responsabilidade das instituições de ensino superior para formação profissional em saúde e em saúde bucal no Brasil?
- Qual é o país que cada cidadão precisa?
- Qual é o profissional que esse país realmente precisa?

Para a saúde bucal, independentemente do método ser presencial, remoto ou misto, é importante insistir na formação e no aprendizado produzidos, desde o início do curso, em ambientes clínicos e territórios sociais, tomando como referência, o direito à saúde como um direito à vida. O desafio é conseguir, a partir dos problemas apresentados, organizar as ações de forma a fazer com que o estudante possa refletir, compreender a determinação desses problemas, ser capaz de se posicionar e conceber caminhos de cuidado com base nesse direito. Conhecer os principais problemas de saúde bucal no Brasil e adquirir competência técnica e clínica para seu enfrentamento. Buscar situações para ouvir os pacientes e suas famílias, pensar e agir desde a compreensão do problema e da busca da informação adequada, do acesso com equidade, da reinterpretação da clínica, do trabalho em equipe, com interprofissionalidade, intersetorialidade e participação emancipatória da população. Entender a importância da produção de indicadores e parâmetros, para saber planejar, monitorar e avaliar.

Outro desafio para o futuro do ensino odontológico no Brasil é a importância de cada estudante (e cada professor, profissional e usuário) conhecer o SUS e compreendê-lo, crítica e conscientemente, como uma conquista de movimentos sociais e populares. E também, como um sistema que foi pensado e concebido como um direito de todos os brasileiros, e uma responsabilidade do estado. Embora pareça óbvio que todo curso da área da saúde devesse ensinar o SUS e que todos os estudantes (e professores) devessem saber tudo sobre esse importante sistema de saúde, é possível que sejam poucas as pessoas a ter consciência da dimensão política e da importância social do SUS como potentes elementos para a formação profissional. Então, o desafio continua sendo a busca de métodos e parcerias que possibilitem esse aprendizado, de forma crítica, aos nossos estudantes. A preocupação de que a saúde, enquanto objeto de aprendizado para cada estudante, seja compreendida como resultado tanto da biologia humana, quanto das condições de vida das pessoas e suas famílias. Que esse objeto abranja, também, a história das políticas de saúde no Brasil, os princípios e diretrizes do SUS. Que possibilite conhecer o SUS em suas fortalezas e fragilidades. Um aprendizado em contato e contraste com a realidade. Com a atribuição de sentidos e significados, que são biológicos, mas, são também políticos. Ao partir da compreensão política da história da saúde pública no Brasil, da análise crítica do presente e do estabelecimento de nexos para um futuro, o ensino revele a intencionalidade ética de explorar as diversas faces da realidade. Uma realidade capaz de produzir incômodos e dúvidas. A partir da qual seja possível a construção de novos saberes e conhecimentos, com desenvolvimento da capacidade crítica

e da consciência política dos estudantes. A experiência do Internato da FAO-UFMG mostra que trabalhar a construção desse aprendizado nos espaços SUS pode ser uma forma potente para enfrentar esse desafio. Conhecer e aprender, em cada setor, cada unidade, em cada serviço. Participar do trabalho das equipes e compreender o processo de trabalho. Entender o sentido, o significado e o potencial da transdisciplinaridade. Conhecer os territórios e tentar entender como está organizada a vida das pessoas em cada lugar. Compartilhar os espaços de participação da população no SUS. Conhecer os movimentos populares e as ações intersetoriais. Apresentar e discutir as políticas propostas para o setor de saúde e as ações do Estado frente aos problemas de saúde. E então, tentar fazer as amarras entre problemas de saúde das pessoas e o direito dessas pessoas a ter uma boa saúde e uma assistência digna.

Um ensino com base nas propostas das DCN, construído pela via da formação, dos saberes, competências e habilidades propostas para o cirurgião dentista para atuar, com capacidade crítica, no Brasil de hoje. Para compreender o campo da saúde como um campo político, um lugar da vida e da ação política.

Importa sonhar com a mudança. Acreditar nas pessoas e com elas fazer o sonho acontecer.

“... porque se chamavam homens, também se chamavam sonhos e os sonhos não envelhecem”. Clube de Esquina 2 (Márcio Borges, Lô Borges e Milton Nascimento)

Obrigado!

REFERÊNCIAS

1. Freire, P. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
2. Arroyo, MG. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. In: UFMG/FAE. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte: 12(1):51-61. Jan/jun, 2003.
3. Davini, MC. **Do processo de aprender e ensinar**. Disponível em: http://www.worldcat.org/search?q=au%3ABrasil.+Ministerio+da+Saude.+Secretaria+de+Modernizacao+Administrativa+e+Recursos+Humanos&qt=hot_author. Acesso em 22/07/2020
4. Bondía, JL. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: **Revista Brasileira de Educação** (on line). Rio de Janeiro. Jan/fev/mar/abr 2002 Nº 19, p.20-28. ISSN 1413-2478.
5. The Lancet. Editorial. COVID-19 in Brazil: “So what?” Volume 395, ISSUE 10235, P,1461, May 09, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3).
6. Ballestrin L. **Pós-democracias no sul global e melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo**. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/23/pos-democracias-no-sul-global-e-melancolica-desdemocratizacao-no-brasil-contemporaneo/>. [Acesso em 18 de julho de 2020]
7. Maia LA. PEC-55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil. **Revista Despierta**,

8. Almeida Filho N. Universidade Brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges X Vikings. **Revista Lusófona de Educação** 2016; V 32. p.11-30.
9. Mello AF, Almeida Filho N, Ribeiro RJ. Por uma universidade socialmente relevante. In: **Atos de Pesquisa em Educação** - Blumenau: PPGE/ME FURB. Vol. 4, nº 3, 2009. p 292-302. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2009v4n3p292-302>.
10. Brasil. Governo Federal. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**. 16/12/2016 | Seção: 1 | Página 2. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21295527/do1-2016-12-16-emenda-constitucional-n-95-21295459. [Acesso em 23 de julho de 2020]
11. Matuoka, I. (2017) **O impacto do teto de gastos sobre as políticas de educação**. Disponível em: [//educacaointegral.org.br/reportagens/o-impacto-do-teto-de-gastos-sobre-as-politicas-de-educacao](http://educacaointegral.org.br/reportagens/o-impacto-do-teto-de-gastos-sobre-as-politicas-de-educacao). [Acesso em 23 de julho de 2020].
12. Souza MB, Hoff TSR (2019). Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. urbe. In: **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>
13. Silva AM, Santos BCS. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP: v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000300009>.
14. Oliveira BLCA, Lima SF, Pereira MUL, Pereira Júnior GA. Evolução, distribuição e expansão dos Cursos de Medicina no Brasil (1808-2018). **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, 2019; 17(1): e0018317. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00183>.
15. Odontodivas. **Número de Faculdades de Odontologia no Brasil**. Disponível em: <https://odontodivas.com/2015/10/numero-de-faculdades-de-odontologia-no-brasil.html#:~:text=T%C3%A1%20bom%20ou%20querem%20mais,cirurgi%C3%A3o%2Ddentista%20para%201.200%20habitantes>. [Acesso em 08 de julho de 2020].
16. Barone I. (2019). **Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/>. [Acesso em 24 de julho de 2020]
17. Morin, E. **Um festival de incerteza**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/599773-um-festival-de-incerteza-artigo-de-edgar-morin> - Acesso em 30 de junho de 2020
18. Iyer P, Aziz K, Ojcius DM. Impact of COVID-19 on dental education in the United States. **J Dent Educ**. 2020; vol 84 (6) pages 718-722. 1–5. <https://doi.org/10.1002/jdd.12163>

19. Quinn B, Field J, Gorter R et al. COVID-19: The Immediate Response of European Academic Dental Institutions and Future Implications for **Dental Education** [published online ahead of print, 2020 May 11]. Eur J Dent Educ. 2020;10.1111/eje.12542. <https://doi.org/10.1111/eje.12542>
20. Nóbrega AC. A universidade federal brasileira, a pandemia da Covid-19 e além! **O Globo**, 14/05/2020. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/a-universidade-federal-brasileira-a-pandemia-da-covid-19-e-alem/> [Acesso em 19 de julho de 2020].
21. Witze A. Universities will never be the same after the coronavirus crisis. **Nature**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-020-01518-y>
22. Arruda EP. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede**, 2020, v. 7, n. 1, p. 257-275.
23. Jesus SC. Educação e tecnologias digitais em tempos de pandemia In: Grossi MP, Toniol R. **Cientistas sociais e o coronavírus**. Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais. Boletim n.41, 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n41.pdf. [Acesso em 28 de julho de 2020]
24. Flores N. **Desigualdade Social e Tecnologia: o ensino remoto serve para quem?** Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/desigualdade-social-e-tecnologia-o-ensino-remoto-serve-para-quem/>. [Acesso em 06 de julho de 2020]
25. UNESCO. **COVID-19 y educación superior: de los efectos inmediatos al día después - Análisis de impactos, respuestas políticas y recomendaciones**, 13 mayo, 2020. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2020/05/COVID-19-ES-130520.pdf>, [Acesso em 08 de julho de 2020].
26. Brasil. Ministério da Educação. **Portaria MEC-GM nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: Diário Oficial da União. 18/03/2020 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 39. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. [Acesso em 28 de julho de 2020]
27. Brasil. Ministério da Educação **Portaria nº 473, de 12 de maio de 2020**. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Publicado em: 13/05/2020 | Edição: 90 | Seção: 1 | Página: 55. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-473-2020-05-12.pdf>. [Acesso em 28 de julho de 2020]
28. Brasil. Ministério da Educação **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020c, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Publicado em: 17/06/2020c | Edição: 114 | Seção: 1 | Página: 62 Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. [Acesso em 18 de julho de 2020]

29. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020** Orientações para Serviços de Saúde: Medidas de Prevenção e Controle que Devem ser Adotadas Durante a Assistência aos Casos Suspeitos ou Confirmados de Infecção pelo Novo Coronavírus (SARS-COV-2). Atualizada em 31/03/2020. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/> [Acesso em 28 de junho de 2020].
30. Peng X, Xu X, Li Y, Cheng L, Zhou X, Ren B. Transmission routes of 2019-nCoV and controls in dental practice. **Int J Oral Sci** 2020; 12 (1):1–6. <https://doi.org/10.1038/s41368-020-0075-9>.
31. Fini MB. What dentists need to know about COVID-19. *Oral Oncology* 2020; 105 <https://doi.org/10.1016/j.oraloncology.2020.104741>.
32. Santos, BS. **O coronavírus é um professor cruel porque ensina matando.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53281462> - Acesso em 05 de julho de 2020
33. Passos, LA. Futuro/Futurível. In: Streck, DR; Redin, E; Zitkoski, JJ (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2ed. rev. amp. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p. p. 191-192 – ISBN: 978-85-7526-306-8

PARTE III



Samuel Jorge Moysés¹

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

João Guimarães Rosa

Introdução

Escolhas devem ser feitas todo o tempo, especialmente agora no ano da eclosão da pandemia da COVID-19.

Podia escolher para me inspirar, para esta conversa, em Maria Montessori. Estaria em boa companhia. Lev Jean Piaget, Lev Vygotsky, estaria ainda em boa companhia. Moacir Gadotti ou Gaudêncio Frigotto, Demerval Saviani ou Miguel Arroyo, muito boa companhia (1-7). Mas escolhas devem ser feitas.

Seu eu fosse falar do baião, como expressão cultural brasileira, eu escolheria Luiz Gonzaga. Se vou falar de Educação, grafada com este “E” maiúsculo, e sobre futuro, eu escolho Paulo Reglus Neves Freire. Ele era o centro de uma exposição mundial quando cheguei em Londres, na meca mundial do Institute of Education(8), com livros expostos traduzidos na época em 17 idiomas e com *honoris causa* em cerca de 35 Universidades (9-19).

Falo ao lado do cantor e compositor Chico César, que o homenageou na canção “Beradêro”, mencionado “... a cigana analfabeta que lê a mão de Paulo Freire”². Ele fala sobre territórios, fronteiras e suas beiradas, como lembrou Lilian Menenguci³, ao falar de leitura e da escrita, da cultura grafocêntrica no Brasil, e de quantos ficaram na “beirada” desse direito – muito embora outros, usufruindo plenamente do direito, não fizeram bom uso dele definitivamente, basta lembrar do (des) ministro da (des) educação de triste memória – e também inominável... Ele jamais entendeu que “a leitura do mundo precede à leitura da palavra”. Aliás, sobre essa criatura que desonrou o Ministério da Educação do Brasil, mais uma nota: talvez, em razão desse seu déficit abissal no sistema límbico e no neocórtex, brote em seu cérebro reptiliano um ódio instintivo contra povos indígenas (vide macabro comentário na

¹Professor titular da PUCPR; professor adjunto daUFPR.

²http://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/1312

³<https://lilianmenenguci.wordpress.com/2017/11/09/a-cigana-analfabeta-lendo-a-mao-de-paulo-freir>

reunião ministerial de 22 de abril de 2020⁴) – pois são povos que têm milenarmente em suas culturas uma leitura do mundo que ele jamais terá.

Crise mundial, crise brasileira

Retomando nossa rota temática... O tempo vivido hoje pede reflexão/ação.

Eu não me iludo, nós estamos num dos momentos mais dramáticos da travessia da história brasileira. E o que nós vivemos no mundo da educação – vou falar através dessa janela para a realidade – na companhia de Paulo Freire, é um dos ataques mais ferozes que já foram perpetrados contra a construção social e democrática arrancada a duras penas, que nós viemos edificando como nação nas últimas décadas. E não nos iludamos, todos, pois há uma proposta clara, com gênese não só interna ao Brasil, mas com fonte nos ideólogos tanto nacionais quanto internacionais, gente como Steve Bannon que formulou a parte final da campanha de Trump e que o levou a vitória (20). É um outro ideólogo/astrólogo inominável, que diz assim: “- vamos travar a guerra cultural do nosso tempo!”.

E, claro, que os “predadores-ideólogos” extremistas vão lançar mão de todos os estratagemas falaciosos, viciados e enviesados buscando capturar o maior número de pessoas que eles puderem convencer de que se trata de uma guerra cultural para destruir “o estado de coisas” que está posto até aqui, e reconstruir em novas bases. Às vezes, podemos nos impressionar com a sequência de gafes, aparentemente coisas mal planejadas, e com as coisas que são derivadas de ignorância, de negacionismo, manifestações anticientíficas..., mas, isso é só uma cortina de fumaça, porque a moldura da proposta deriva de um planejamento sinistro(21). E que, em termos da direita populista, é simplesmente: “- vamos destruir a base institucional que está aqui, ela precisa ser reconstruída e vai ser reconstruída a nossa imagem e semelhança, dentro do nosso campo conservador, pois o projeto que existe hoje com as instituições criadas com a base da Nova República, nós não conseguiremos mudar nada...”. Ou seja, estamos em plena vigência de uma guerra híbrida – com o corolário da cismogênese, ou seja, a criação de divisões sociais com o objetivo de impossibilidade qualquer pacto social(22).

No Brasil, antes de falar da educação universitária, do ensino odontológico, nós temos que falar de educação básica/ensino fundamental, do ensino médio, do acesso ao ensino superior, em uma universidade que se torne mais inclusiva, portanto isso começa lá atrás... esse é um direito que milhões não tiveram, nas últimas gerações, mas muitos que tiveram tal direito estão chafurdando sobre esse direito, conspurcando esse direito.

Os rumos do pensamento freiriano

⁴<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/assista-ao-video-da-reuniao-ministerial-com-bolsonaro>

O que Paulo Freire dizia é que antes da palavra temos o mundo de quem aprende, ou seja, mediante a leitura do mundo se chega à leitura da palavra (23). Nós ainda somos, por muito tempo seremos (?) o povo-nação que acumulou as mazelas da herança histórica da plataforma escravagista, do extermínio colonizador de povos originários, ao que sobreveio a exclusão social e, por conseguinte, temos hoje o desafio de educar respeitando as diferenças e valorizando a diversidade. E, por isso, a proposta simples, mas revolucionária que atravessou o mundo. Você vai trabalhar na alfabetização, por exemplo, do pedreiro e começa a falar do mundo cotidiano do trabalho dele, a partir do tijolo...(23).

“As palavras [...] deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, a suas inquietações, a suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. A pesquisa do que chamava universo vocabular nos dava assim as palavras do Povo, grávidas de mundo...” (10).

Eu não entendo e não concordo, mas adivinho as razões poluídas para que alguns tenham ódio de Paulo Freire. Porque, é claro, para além da questão ideológica divisionista que atravessa nosso mundo, especialmente nos países em que a ideologia de extrema direita vem avançando de maneira avassaladora, o divisionismo alcança nossas casas, nossas famílias, influencia nossos colegas, nossos muitos (ex) amigos, invade a sala de aula e causa estresse entre professores, estudantes...; é preciso entender que muitos, para além da questão ideológica, talvez não acionam o neocórtex e nem o sistema límbico. Então eles vão buscar algo em nossa base instintiva-emocional (que para alguns se configuraria na ideia contestada do cérebro reptiliano, de Paul MacLean), de todo modo remontando ao nosso impulso para atacar o suposto inimigo, ou a presa. Freire sofreu postumamente, inclusive, a infame campanha de mídia de direita de que ele não poderia ser mais patrono da educação no Brasil.

Educação pré-pandêmica, transpandêmica, pós-pandêmica

A reflexão sobre a pandemia, que nos traz um confinamento mais físico que social – pois estamos socializando muito mais pela internet, por meio da qual a reflexão nos chega de forma inevitável – é parte de um fenômeno “imersivo”. Em casa, vivendo o tempo como se ele estivesse em “suspensão”, concentrados em atividades racionais/cognitivas que nós temos acionado por força do hábito acadêmico, mas também mobilizados por nossos afetos, nossos valores, pensando na vida pessoal, na vida familiar, na vida coletiva, na vida da sociedade com a qual nos entrelaçamos, nós estamos constantemente evocando uma conjuntura de incertezas e ameaças para além daquelas já comentadas, como a grave ameaça sanitária.

Ameaças políticas, econômicas, e ameaças quanto à civilidade, a nossa capacidade de resistir à grande rapinagem de alguns tentando nos empurrar no precipício, de nos devolver a uma situação de barbárie, de anomia social. A própria pandemia se encarrega de nos fazer pensar em coisas muito imediatas, resoluções que

precisam ser tomadas para já, mas também faz pensar como o futuro no horizonte curto poderá ser, com aceleração epidemiológica de novas ondas epidêmicas/pandêmicas, em um país continente como o Brasil.

Viveremos ondas regionais diacrônicas desta pandemia? E para além, quanto novas ameaças estão por vir no horizonte de médio prazo, com o atual estado de devastação ambiental e destruição de ecossistemas, de biomas? E vem aumentando a produção de animais, antes selvagens e ao longo de nossa história domesticados e criados em regimes extensivos/intensivos, para consumo, e isso produz cada vez mais riscos iminentes, com a emergência de novas possibilidades de mutação/adaptação de outros vírus e cruzamento da barreira interespécies (24-27).

Então, profeticamente, aquela canção do Chico César, falando da cigana que lê a mão de Paulo Freire, mais que obra artística inspirada, funciona como manifesto-denúncia epidemiológica dos que mais sofrem socialmente a quádrupla carga de violência simbólica e material. A cigana é uma mulher, portanto a iniquidade de gênero, pois é a mulher quem sofre em nossas sociedades a misoginia, a exploração do trabalho doméstico, o encargo da criação dos filhos, o machismo nas relações de trabalho. Ela não é uma mulher branca, ela tem uma outra ancestralidade étnico-racial e cultural, então, assim como “os pretos”, e índios, ela é uma cigana discriminada historicamente na sua origem. Também na nossa sociedade, provavelmente além de analfabeta (lendo a mão...) ela é de baixa renda e, sendo pobre, com nenhuma escolaridade, talvez já tendo uma idade mais avançada para saber expressar pela maturidade de suas vivências a sua sabedoria de ler as mãos.

Nós, da saúde bucal coletiva, sabemos em detalhes qual é o “destino” reservado para mulheres, não brancas, sem escolaridade, pobres, e maiores de 50-60 anos no Brasil! Já fizemos essa terrível viagem para a terceira margem da saúde-doença-cuidado, para esse mundo de excluídos socialmente, quando realizamos nossa Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010, SB-Brasil 2010 (28). As piores situações de saúde bucal – frequentemente reveladas por edentulismo sem reposição protética adequada –, desveladas no SB Brasil 2010, são das “desterradas” epidemiológicas, mulheres que foram empurradas para a “beirada” sem alcançar o seu potencial de saúde (bucal).

E sendo educadores, vamos ignorar isso em nossas matrizes curriculares? Em nossas atividades formativas de novos profissionais para a sociedade que aí está? Porém, não nos esqueçamos da inspiração político-poética. Ainda que analfabetas e discriminadas, elas “leem a mão de Paulo Freire”!

Assim, nós temos esse mundo que sempre esteve dividido nas condições pré-pandêmicas, e assim continua dividido e a pandemia só faz intensificar. Sim, porque não cola essa narrativa de que estamos todos na mesma crise, nós estamos na mesma tempestade – o vírus é cego –, mas há hierarquias sociais em meio a tempestade pandêmica, assim como houve para o naufrágio do Titanic (29) (embora alguns estudos neguem o fato da influência da classe social na mortalidade observada⁵). E há grupos fazendo quarentena em iates luxuosos no Mediterrâneo ou no Caribe, mas muitos outros fragilizados que sofrem as mais brutais consequências da falta de proteção social, e por isso saem soçobrando na tempestade com suas precárias tábuas de salvação (quando se salvam!).

Os trabalhadores da linha de frente, que vai da equipe da saúde na atenção

primária ou na UTI, passando pelos “entregadores” em domicílio, até o “coveiro” (sepultadores) que estão enterrando os corpos de nossos entes queridos, contam a história deste rearranjo funesto de nosso cotidiano, nós temos o mundo dos vivos e de mortos... e o mundo dos “semivivos” em magnitude assustadora com a pandemia. Porque sem proteção social mínima, sem salários ou renda, os “mortos-vivos” serão aqueles que estão na batalha cotidiana e lutarão para sobreviver diante de um governo que, infelizmente, oferece sarcasticamente o abc das opções disponíveis, sintetizadas na frase: “muitos vão morrer... e daí?” Que obtenham logo, por exposição direta, a tal da “imunidade coletiva”. É preciso aqui abrir um parêntese, para homenagear esses que morrem, pois eles são os “inumeráveis”, que estão homenageados em um Memorial eletrônico, uma forma de fazer o luto de modo respeitoso e registrar, quando possível, que os que se vão não são números frios, não são apenas estatísticas em curvas lineares ou logarítmicas (por exemplo, nossa querida Teresa Muller, quarenta e poucos anos de convivência...⁶).

E é sobre isso que podemos falar também. A pandemia nos diz com clareza, tanto da cegueira do vírus, mas da hierarquia das suas danosas consequências. Quem de nós está estruturalmente (e literalmente) catalogado pelo mundo do capital e da necropolítica, no mundo dos vivos, no dos semivivos/semimortos, e no dos mortos? (30, 31). E como esse outro vírus, a iniquidade social profunda, que nos corrói em nossas entranhas sociais, desde sempre, reflete-se na educação superior?

Nós, na academia, por força de nossas escolhas profissionais e como imposição ética, estamos por ora em nossos “retiros” domiciliares, refletindo sobre iniquidade sociais

refletidas na saúde e no ensino, registrando criticamente e imaginando como transformar a violência e a mortandade nas periferias brasileiras que atingem preferencialmente os pretos, os pardos e brancos pobres. Eles que enfrentam uma outra pandemia (ou pandemônio, ou pandemência...) (32), pessoal e familiar, para conseguir ganhar o pão de todo dia, lutando por escolaridade em situação precária de moradia, de condições materiais, de acesso à internet para aulas remotas, e a empatia nos coloca a pensar nesse mundo de transição terrível. O direito à educação de qualidade só será reservado, de novo e *ad aeternum*, aos que conseguem preservar sua dignidade econômica, sua salubridade física e a sua sanidade mental em suas casas?

Temos o que pensar sobre ensino odontológico e o futuro, mas já olhamos com certo estranhamento nosso passado recente presencial, e “este” presente em que continuamos educadores. O professor José Pacheco, idealizador da Escola da Ponte, certa vez mencionou que um professor não ensina aquilo que sabe, ele transmite aquilo que é (33). Sendo o que somos, não podemos ignorar os compromissos atuais e futuros que teremos enquanto estivermos vivos em condições de trabalhar.

O lugar de fala da experiência com ensino-aprendizagem remoto na pandemia

Estamos vivendo algo que já está sendo chamado, num outro senso, de vertigem do campo conceitual-experimental do transconhecimento sociotecnológico, em uma universidade, a PUCPR, que nem é pública/estatal nem é privada (no sentido estrito), mas que comunga da mesma missão ou obrigação comunitária de todas as instituições de ensino, que honram este nome, deveriam ter.

Há uma perspectiva crítica transformadora aqui. Podemos, na leitura da mão libertadora do educador, vislumbrar novas potências criadoras mediadas pela educação, em uma pedagogia da emancipação, ou da autonomia (12). Portanto, e com destaque, uma pedagogia da indignação (13). Concomitantemente, as pedagogias da esperança, da libertação, da amorosidade e aquela também praticada “à sombra de alguma mangueira” metafórica, com raízes no ciberespaço, com a compaixividade irrigada pelo coração que sempre nos faz perguntas...(16).

A experiência da PUCPR poderia ser relatada aqui, diferentemente dos relatos singulares de cada professor, especialmente daqueles que vivem como eu também a experiência da universidade pública/estatal, como uma suspensão de aulas presenciais imediatamente reconfiguradas para aulas remotas (no espaço de 24 horas). Particularmente, vivi o “mergulho” em espiral, no vórtice gerado pelas pressões do âmbito tecnológico (adaptar aulas para o ambiente *online*) e manter minha própria concentração no trabalho, com entregas pedagógicas sem perda de qualidade, no esforço de capturar a atenção e engajamento dos estudantes. Necessário reconhecer, todos nós muito surpresos, um tanto apreensivos, padecendo daquela “euforia” turbinada por adrenalina e endorfina, todavia despropositada por ser supostamente “estimulante”, mas em meio à pandemia.

No sentimento individual de angústia pela ameaça iminente, que leva ao confinamento voluntário está contido também o sucesso de um possível controle social. Estamos diante de uma mudança equivalente ao fordismo e o toyotismo. Essa mudança nos imobiliza o suficiente não para interromper a produção e o consumo, mas para gerar uma microeconomia de autofechamento, já designada como “*zoomismo*” (34). Até poucos meses atrás, poucos conheciam a plataforma Zoom e hoje todo mundo a usa. O Zoom (e outras plataformas) marca o modelo de produção pelo qual nos disciplinam, nos docilizam com mecanismos de biopolítica e sociopolítica (35), aumentando a mais-valia, pois as despesas operacionais são repassadas aos trabalhadores: luz, internet, água e até café. Ao confinar corpos e projetar nossos avatares profissionais através de plataformas digitais, reformula-se a percepção de tempo e espaço, e nos tornamos mais produtivos...David Harvey conceituou como uma compressão espaço-tempo através da tecnologia de computador (36).

Destarte, aqui dentro da minha casa desde o dia dezessete de março (e de lá para cá eu conto nos dedos as vezes que saí de casa), eu vivo a experiência institucionalizada em que o ensino remoto toma conta de seu dia-a-dia de forma onipresente. Se tudo pode ser ressignificado, eu vejo com perspectiva crítica transformadora essa experiência, tal como aquela cigana que lê a mão...; então podemos fazer, agora e mais uma vez, uma nova leitura da mão libertadora do educador, que freirianamente vislumbra o ensino remoto como uma possibilidade inexorável que permita novas potências criativas, mediadas pela tecnologia. Então, que nos aproxime da população de estudante e suas famílias e seus lares, também por esses canais que passam pelo coração, pois se trata novamente e sempre de uma

educação amorosa, compassiva, dialógica.

Assistimos a uma explosão de lives, mas resta saber se o campo democrático e popular vai saber fazer o melhor uso possível disso, para dar seguimento a uma educação que não exclui, que não discrimina, que não mata e enterra sonhos – especialmente dos que mais precisam dela como rota libertadora, como ponto de fuga de suas realidades opressivas. Uma observação mais rápida parece indicar que há uma germinação de várias iniciativas, de vários grupos identitários do campo progressista, do campo popular, do campo democrático, transversalizando o mundo acadêmico, reverberando a potência de uma pedagogia/andragogia, não com ênfase míope na “educação como técnica para o mercado”, mas a educação também como política (a organização da *polis*) que leva à descoberta crítica das forças que oprimem e excluem e, nessa revelação, a possibilidade crítica e emancipadora emerge.

A situação criada no plano do ensino remoto permite usar a expressão (como os gregos antigos usavam) de uma educação Paideia, que é sobretudo ética (37, 38). Já na etimologia grega essa educação é libertadora, pois visa à formação do cidadão justo, trazendo aos nossos dias um conceito perene que se acomoda muito bem no contexto da pandemia, pois a pandemia Paideia, com seu *pathos*, com o sofrimento e o afeto envolvidos, exige civilidade e cidadania. Nesse sentido, não podemos e não devemos utilizar a expressão “novo normal” como um possível retorno ao antigo status quo pré-pandêmico. Até porque o que tínhamos antes, no geral era um “estorvo anormal”, um sem número de embaraços e dificuldades sociais para preservar e desenvolver cultura, amor pelo próximo, compaixão, respeito aos sistemas naturais da Terra, proteção da diversidade. Basta ver e acompanhar as redes sociais da internet, ou as notícias diárias, para constatar os absurdos e o recalque ressentido de parte da sociedade, tentando retornar as velhas e conhecidas misérias, mediocridades, perversidades, e pensamentos de exclusão e de ódio concentrado.

Precisamos aprender-ensinar a ler as linhas, mas também as entrelinhas... tomemos partido sim, oh! “escola sem partido”. Nosso partido é pelo direito universal a uma escola inclusiva, laica, pública (não necessariamente estatal), com qualidade e valorização dos docentes, com devoção aos discentes, socialmente responsável, ambientalmente sustentável, com abertura para a transdisciplinaridade e para a complexidade sempre renovada do mundo. Porque, de outro modo, a neutralidade é apenas uma maneira “cômoda e hipócrita de esconder meu medo de acusar a injustiça”. Há incontáveis exemplos disso na rede pública (estatal e não estatal), mas como tudo que nos faz humanos, há muito de brutalidade intelectual e afetiva na universidade, inclusive a estatal.

Uma das formas mais vibrantes, mas não menos exaustivas, se impôs pelos “webnários”. Aqueles que jamais se dispunham a essa ocupação, agora se viram obrigados a tal. Mas tornou-se também, quando bem utilizados, formas interessantes de ação. Vamos olhar isso em mais detalhes, pela perspectiva educacional. Poderemos ampliar nossos espaços de mobilização, menos de corpos e mais de mentes/corações para a necessária tarefa imediata de aquisição/expansão de consciência coletiva sobre os males do tempo? Atividades diárias, quase simultâneas explodiram... O campo popular e democrático leva alguma vantagem comparativa nisso?

O que talvez consigamos, para além de “novo normal”, é produzir um novo salto de saberes e experiências, que nos permita viver assim como ocorreu em outras epidemias/pandemias na história humana, tal como o que foi chamado de “peste negra” – denominação duplamente infeliz, seja pela pandemia em si, como pelo uso depreciativo do “negro”, um preconceito da linguagem, porque a peste da idade média era bubônica. A humanidade, principalmente na Europa, sobreviveu a ela e a superou produzindo inúmeras mudanças, culturais, políticas e econômicas, que definiram novos paradigmas no Renascimento (39, 40). O mesmo se deu com a epidemia de cólera, particularmente na Inglaterra, obrigando a uma saída “por cima”, ou seja, com grandes mudanças na compreensão das doenças e na fundação da epidemiologia moderna, considerando que John Snow não hesitou em se levantar em público e refutar argumentos espúrios, mesmo quando isso lhe rendeu poucos favores no establishment médico ou social de sua época (41). Há sim, uma porta dentre tantas, que nos permita sair da atual pandemia com a possibilidade de enriquecimento científico e cultural, mas isto não basta se continuar só beneficiando as elites globais.

Tanto do ponto de vista da pesquisa que se faz, de modo acelerado, no desenvolvimento de vacinas e novos fármacos, quanto na utilização benéfica do algoritmo ou da inteligência artificial, isso tudo aplicado no mundo educacional também possibilita entre ver as atividades remotas como um novo lugar educacional muito especial.

Quanto a isso, não se pode ter preconceito, embora traga dilemas de como produzir de uma maneira que traduza bem a intencionalidade educativa. Ou seja, uma atividade ao mesmo tempo significativa e engajadora para o estudante despertando a vontade de participar daquilo. A PUCPR vem desenvolvendo uma matriz curricular integrada nas suas várias escolas, que concentram campos do saber, buscando edificar um sistema assentado nos pilares da autonomia, dedicação, cooperação, honestidade e senso crítico.

Há mais de cinco anos, apoiados pelo CrEAre (42), um centro de ensino-aprendizagem que apoia os professores com variados conceitos e ferramentas educacionais, houve o apoio e alavancagem para a transição visando um ensino híbrido. Nesse ponto, é bom recuperar Paulo Freire e lembrar da pedagogia da indignação, pois é preciso ter indignação com a condição de vida do estudante que, não só nas instituições públicas/estatais, também padece com ausência de acesso à internet ou com conexão disfuncional, que muitas vezes não tem computador, ou para conseguir assistir uma transmissão *online* de aula remota será pelo celular com chip pré-pago e créditos contados.

Então a PUCPR se mobilizou, fornecendo dispositivos de conexão que permitissem ao estudante que manifestaram dificuldade domiciliar em acompanhar as aulas. Isso é parte da instituição que entende não dever tratar a educação como *commodity*, como mercadoria, mas pensar essa atividade tão nobre como espírito cristão mais fiel às suas bases teológicas, pois nessas instituições ainda se preserva essa moralidade pública e essa ética em relação ao respeito ao humano. Então estamos falando de uma instituição que, mesmo cobrando mensalidades e querendo obviamente ter sustentabilidade financeira, e evitar a evasão escolar, criou possibilidades para que as atividades remotas fossem construídas, apoiando os professores e estudantes.

Na PUCPR houve também o problema de postergar as atividades clínicas em cursos como a odontologia, que reconhecidamente não poderiam ser transferidas para situação remota. Essas atividades foram adiadas para quando fosse possível organizar um retorno parcial, apenas para atender os formandos, que precisavam cumprir aqueles créditos certificadores de suas competências na clínica integrada. Tudo foi então coordenado, juntamente com os setores de vigilância em saúde das secretarias estadual e municipal, seguindo diretrizes e protocolos rigorosos que sempre pautaram em Curitiba a relação ensino-serviço-comunidade.

Houve paralelamente a necessidade de criação de todo um repertório novo, de situações-problema e cenários virtuais de aprendizagem, contextualizados para situações que produzem complexidade, interdisciplinaridade, ambiguidade na tomada de decisão, exigindo reflexão-ação crítica. Por exemplo, para o caso de nossa disciplina de estágio na rede de serviços de atenção primária de Curitiba, foram elaborados casos de estudo e situações-problema de famílias, que seriam acompanhadas na Estratégia Saúde da Família nos bairros respectivos. Assim, utilizando “lugares” na internet que permitem caminhadas virtuais pelos bairros de Curitiba, extraíndo suas características sociodemográficas, epidemiológicas, ambientais, para entender o contexto daquela família real, que de fato é domiciliada no bairro sob análise, compartilhando de sua história, de sua etnografia, de suas potencialidades e dificuldades. Entrevistas *online* foram providenciadas com a equipe da unidade de saúde, permitindo investigar a situação em que a família escolhida, num contexto presencial, seria visitada pela equipe de estudantes, desvelando problemas o diagnóstico da microárea de abrangência e da família acompanhada. Assim, atividades síncronas ou assíncronas (pré-aula e pós-aula), foram possíveis para a busca de resolução dos desafios familiares propostos.

Evidentemente que tudo isso deve ser acompanhado de um alinhamento construtivo, parte integrante das disciplinas internalizadoras, mobilizadoras e certificadoras das novas matrizes curriculares que, além disso, incorporam a noção de transversalidade com disciplinas interprofissionais. Isso exige planejar cada aula em cima das competências certificadores esperadas ao final do semestre (ou do curso), alinhando resultados de aprendizagem com elementos de competência e respectivas avaliações, e feedbacks com recuperações da aprendizagem, que percorram o mapa mental desenhando para a disciplina. Assim é possível trabalhar uma prática de ensino híbrido (*blended learning*, ou *b-learning*) que simplesmente se intensificou agora na pandemia. Porém, se não há boa teoria educacional de fundo, sem bom enquadramento e direcionalidade, não será a tecnologia que salvará a aula, a disciplina, o semestre, o curso, a formação. Se uma atividade remota não funciona como elo significante, se fica no abstrato, os estudantes talvez entrem no link da sessão, mas logo desligam áudio e vídeo para ir fazer um café, ou para voltar a dormir, ou para fazer algo que julguem mais proveitoso do que avançar no aprendizado. Portanto, são necessários outros mecanismos mobilizadores e engajadores, para tornar cada aula/atividade encantadores, permitindo enxergar potencialidades futuras.

Considerações finais

Do ponto de vista formativo, só a transmissão *online* de slides não dá conta de um processo bastante complexo (também no presencial). Parece não ser possível em profissões como as nossas, muito embora frequentemente reduzidas a pequenez da técnica por ela mesma – a técnica fria, baseada no trabalho morto – , que o trabalho livre a partir do ensino vivo emergja em aula remotas sem uma clara concepção freiriana de educação. Educação “por que” e “para que”. Uma educação que avance para a simulação clínica, em processos mediados por tecnologia de ponta, exige o contraponto da amorosidade, da relação, da interação, e da integração humana que se torna indispensável.

A geração dos *millenials* já vem trabalhando com os jogos, com a realidade virtual, desde o berço. Então atividades *gamificadas* não são novidade nenhuma, eles já estão imersos nesse universo da aprendizagem. O que eles têm que aprender é, além disso, porque estão aprendendo e ganhar autonomia no “aprender a aprender”, não para uma teoria dos jogos em que prevaleça o jogo de soma zero, a competição entre colegas, mas para a aprendizagem da ética, daquilo que nos (re) humaniza.

O potencial criativo da juventude, usando a internet, leva à uma experiência inescapável que serve como alerta final. As entidades profissionais, tais como os conselhos, terão que revisar suas normas e diretrizes, pois a geração em formação é digital, será digital, e não é com legislação de 1966 – como no caso do conselho federal de odontologia – que vacila em “brecar ou acelerar” o espaço fatalmente reservado à teleodontologia. E isso tanto no ensino quanto na prática profissional futura: teleconsulta, teleorientação, telerregulação, segundo opinião informada, e muitas coisas se encaminharam para um processo de mediação tecnológica e nós temos que absorver essas novas realidades. No embate entre uma educação que busca emancipar e outra que busca tutelar o outro, nosso conselho federal de odontologia não pode se colocar como o “conselho tutelar dos dentes humanos”, protegidos para o mercado privado da odontologia.

O grande risco de confusão aqui é imaginar que basta o método, subjugando a intencionalidade da formação cidadã de novos profissionais à técnica funcional das ferramentas tecnológicas. Precisamos agora e precisaremos no futuro de uma educação plenamente reconfigurada, com aceleração nos tempos pandêmicos. Para a formação profissional responsável, com virtudes éticas, é preciso mais. Muito mais!

Paulo Freire vive!

REFERÊNCIAS

1. Becker F. O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: da ação à operação. Petrópolis: Vozes; 2010. 296p.
2. Duarte N. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. Nuances: estudos sobre Educação.2013; 24(1):19-29.
3. Frigotto G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. Ideação.2008;10(1):41-62.
4. Montessori M, Hunt JM, Valsiner J. The Montessori Method. New Brunswick, USA; London, UK: Transaction Publishers; 2013. 448p.

5. Saviani D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11^a ed. Campinas, SP: Autores Associados; 2011. 153-p.
6. Arroyo MG. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada; 2017. 408p.
7. Gadotti M. *Pedagogia da práxis*. 2^aed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; 1998. 333p.
8. Figueiredo-Cowen Md, Gastaldo D, editors. *Paulo Freire at the Institute*. London: Institute of Education, University of London; 1995.
9. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1980. 218p.
10. Freire P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (23^a ed.). São Paulo: Autores Associados: Cortez; 1989. 49p.
11. Freire P. *Letters to Cristina: reflections on my life and work*. New York & London: Routledge; 1996. 259p.
12. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra; 1996. 148p.
13. Freire P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp; 2000. 134p.
14. Freire P. *Política e educação: ensaios*. 7^a ed. São Paulo: Cortez; 2003.
15. Freire P. *Pedagogia da tolerância*/Paulo Freire; organização e notas Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora Unesp; 2004. 329p.
16. Freire P, Faundez A. *Por uma Pedagogia da Pergunta* (4^aed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1998. 84 p.
17. Freire P, Horton M. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes; 2003. 229p.
18. Freire P, Nogueira A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes; 1989. 68p.
19. Freire P, Schor I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986. 224p.
20. Green J. *Devil's Bargain: Steve Bannon, Donald Trump, and the Nationalist Uprising*. New York: Penguin; 2017. 304p.
21. Da Empoli G. *Os Engenheiros do Caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestigio; 2019. 192p.
22. Leirner PC. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida - militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda; 2020. 326p.
23. Freire P. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2014. 272p.
24. Caduff C. *The Pandemic Perhaps: Dramatic Events in a Public Culture of Danger*. Berkeley, Califórnia: University of California Press; 2015. 254p.
25. Bahl J, Pham TT, Hill NJ, Hussein IT, Ma EJ, Easterday BC, et al. *Ecosystem Interactions Underlie the Spread of Avian Influenza A Viruses with Pandemic Potential*. PLoS Pathog. 2016; 12(5),.
26. Berger KM, Wood JLN, Jenkins B, Olsen J, Morse SS, Gresham L, et al. *Policy and Science for Global Health Security: Shaping the Course of International Health*. Trop Med Infect Dis. 2019; 4(2).
27. Dennehy JJ. *Evolutionary ecology of virus emergence*. Ann NY Acad Sci. 2017; 1389(1):124-46.

28. Peres MA, Barbato PR, Reis SCGB, Freitas CHSdM, Antunes JLF. Perda dentárias no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal 2010. *Revista de saude publica.* 2013; 47:78-89.
29. Frey BS, Savage DA, Torgler B. Who perished on the Titanic? The importance of social norms. *Rationality and Society.*2011;23(1): 35-49.
30. Marmot M. The Health Gap: The Challenge of an Unequal World: the argument. *Int J Epidemiol.* 2017; 46(4):1312-8.
31. Mbembé JA, Meintjes L. Necropolitics. *Public culture.*2003;15(1):11-40.
32. Castiel LD. Ensaio sobre a pandemência: quando personagens e micróbios da ficção-científica saem do filme e invadem o planeta – um acompanhamento critico de enunciados sobre a covid-19 em meios de comunicação leigos e técnicos2020:[75 p.]. Available from:<http://observatoriodamedicina.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/ENSAIO-SOBRE-A-PANDEM%C3%8ANCIA.pdf>.
33. Pacheco J, de Oliveira DEF, Narita FZ. A educação como projeto de responsabilização: práticas, saberes e mudança social no século XXI/Education as a project of co-responsibilization: practices, knowledge, and social change in the 21th century. *Cadernos CIMEAC.*2017;6(2): 5-14.
34. Morgado JC, Sousa J, Pacheco JA. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. *Práxis Educativa.*2020;15:1-10.
35. Branco GC. Michel Foucault - Filosofia e biopolítica. São Paulo: Autêntica Editora; 2020. 120p.
36. Sheppard E. David Harvey and dialectical space-time. In: Castree N, Gregory D, editors. *David Harvey: A Critical Reader.* Oxford: Blackwell Publishing Ltd; 2006. p.121-41.
37. Nascimento AC, Moyses ST, Bisinelli JC, Moyses SJ. Oral health in the family health strategy: a change of practices or semantics diversionism. *Rev Saude Publica.*2009;43(3): 455-62.
38. Viana MMO, Campos GWS. [Paideiatraining for matrix support: apedagogical strategy centered on reflection of practice]. *Cad Saude Publica.*2018;34(8).
39. Sweeney G. Salvation in a Time of Plague. *AMA J Ethics.*2020;22(5):E441-5.
40. Cohn SK, Jr. The Black Death: End of a Paradigm. *The American Historical Review.* 2002;107(3): 703-38.
41. Paneth N, Fine P. The singular science of John Snow. *Lancet.*2013;381(9874): 1267-8.
42. von Bahten AC, Engelhorn CA. Engajando estudantes por meio da redação de bons casos: formação docente. *Revista Diálogo Educacional.* 2017; 17(52): 387-407.